



UNIVERSIDADE DE ÉVORA

ESCOLA DE CIÊNCIAS SOCIAIS

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

A Língua Portuguesa como Instrumento Político
de Afirmação e sua Difusão em Organismos
Internacionais

Fernanda Afonso Andrade

Orientação: Prof. Doutor Silvério Rocha-Cunha

Mestrado em Relações Internacionais e Estudos Europeus

Dissertação

Évora, 2014

Mestrado em Relações Internacionais e Estudos Europeus

Dissertação

**A Língua Portuguesa como Instrumento
Político de Afirmação e sua Difusão em
Organismos Internacionais**

Fernanda Afonso Andrade

Orientador

Prof. Doutor Silvério Rocha-Cunha

Évora, 2014

DEDICATÓRIA

*Dedico este trabalho à minha família
pela força e persistência.*

EPÍGRAFE

“Eu sou é eu mesmo, divêrjo de todo mundo. Eu quase que não sei de nada, mas desconfio de muita coisa”.

Guimarães Rosa

AGRADECIMENTOS

Aos meu pais e ao meu irmão pelo incentivo que sempre me deram, pela coragem de me deixarem estudar tão longe de casa e pela confiança que sempre tiveram em mim.

Em especial, ao meu orientador, o prof. Dr. Silvério Rocha-Cunha, que além de me proporcionar conhecimentos, confiou no meu trabalho, e apoiou minhas iniciativas desde que cheguei à Universidade de Évora.

Agradeço a todos os professores de Relações Internacionais e Estudos Europeus da Universidade de Évora.

Aos meus mestres portugueses, o prof. Dr. Manuel Branco, o prof. Dr. Marco António Martins, a prof. Dra. Elsa Cristina Vaz, o prof. Dr. Paulo Neto, que tanto me ensinaram durante minha estadia em Portugal.

Agradeço à Laura Barral Veloso, ao Bruno Matos e à Olga Durães pela ajuda que sempre me deram, estando longe ou perto, para a concretização desse sonho.

Agradeço aos meus colegas de sala portugueses, pela receptividade, carinho e amizade que me ofereceram.

RESUMO

A Língua Portuguesa como Instrumento Político de Afirmação e sua Difusão em Organismos Internacionais

Este estudo visa analisar a língua portuguesa como instrumento político de afirmação e sua difusão nos organismos internacionais como a ONU (Organização das Nações Unidas), IPU (*Inter-Parliamentary Union*), Interpol (*International Criminal Police Organization*), ISO (*International Organization for Standardization*), IOC (*International Olympic Committee*) dentre outras, levando em consideração ser uma das sete línguas mais faladas do mundo. Difusão essa que influencia na economia, cultura e política não só dos países de língua portuguesa, mas em todo o cenário internacional. É necessário também um estudo dos países da CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa) e das instituições internacionais além da ligação desses governos com as dominantes linguísticas dentro das organizações. A investigação será realizada com base nos pressupostos teóricos e metodológicos do institucionalismo neoliberal e do multiculturalismo, tendo como principais autores Robert Keohane e Charles Taylor.

ABSTRACT

The Portuguese Language as an Instrument of Political Statement and its Diffusion in International Organizations

This study aims to analyze Portuguese language as an instrument of political statement and how it spreads in international organizations like the UN (United Nations), IPU (*Inter-Parliamentary Union*), Interpol (*International Criminal Police Organization*), ISO (*International Organization for Standardization*), IOC (*International Olympic Committee*) among others, considering to be one of the seven most spoken languages in the world. This influence affects economic, cultural and political plans, not only in Portuguese-speaking countries, but in a whole international scene. This requires also a study of the countries of the CPLP (Community of Portuguese Speaking Countries) and international institutions beyond the connection of these governments with the dominant language within organizations. The research will be based on theoretical and methodological assumptions of neoliberal institutionalism and multiculturalism, whose main authors are Robert Keohane and Charles Taylor.

OBJETIVOS

Este estudo visa averiguar quais são os benefícios no âmbito político, econômico e cultural da difusão da língua portuguesa em organismos internacionais de acordo com o proposto no documento, divulgado em março de 2010 no site da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) denominado Plano de Ação para a Promoção, Difusão e Projeção da Língua Portuguesa. O qual trata especificadamente em seu primeiro ponto sobre as estratégias de implantação da língua portuguesa nas organizações internacionais.

Tendo em vista a difusão da língua em organismos internacionais, esse trabalho visa fazer um estudo das principais organizações em que seria viável a implantação do português, bem como das que já apresentam a língua portuguesa em sua estrutura.

A partir de uma análise das estratégias do Plano ver quais os contributos que a implantação destas gerariam para os membros da CPLP e para a própria CPLP como organização. De forma a analisar as dificuldades que serão encontradas pelos Estados-membros, uma vez que estes estão localizados em territórios descontínuos, possuem uma gramática diferenciada e também fazem parte de outras organizações internacionais. Para tanto é necessário um estudo da política da língua portuguesa, bem como um estudo sobre os organismos internacionais e das suas dominantes linguísticas.

SUMÁRIO

RESUMO	VIII
ABSTRACT	IX
OBJETIVOS	X
LISTA DE ILUSTRAÇÕES, GRÁFICOS E TABELAS	XII
LISTA DE ABREVIATURAS	XIII
1. INTRODUÇÃO	1
1.1 Formação das Instituições e o Contexto Internacional	3
1.2 Uma defesa ao Institucionalismo Neoliberal	5
2. HISTÓRIA DA CPLP	8
3. PERFIS DOS ESTADOS-MEMBROS DA CPLP	13
3.1 República de Angola	15
3.2 República Federativa do Brasil	16
3.3 República de Cabo Verde	17
3.4 República de Guiné-Bissau	17
3.5 República de Moçambique	18
3.6 República de Portugal	18
3.7 República de São Tomé e Príncipe	19
4. VALOR ECONÔMICO DA LÍNGUA PORTUGUESA	21
5. VALOR POLÍTICO DA LÍNGUA PORTUGUESA	23
5.1 O poder político no contexto internacional	23
5.2 Língua Portuguesa e Relações de Poder	25
5.3 Cultura e Relações de Poder	25
6. VALOR CULTURAL DA LÍNGUA PORTUGUESA	27
6.1 Definindo o termo “cultura”	28
6.2 A Língua Portuguesa e seu Valor Cultural	29
7. A LÍNGUA PORTUGUESA E A SUA PRESENÇA EM ORGANISMOS INTERNACIONAIS	37
8. ESTRATÉGIAS DE IMPLANTAÇÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA EM ORGANISMOS INTERNACIONAIS E A POLÍTICA DA LÍNGUA	50
9. CONCLUSÕES	56
10. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	59
ANEXOS	62

LISTA DE ILUSTRAÇÕES, GRÁFICOS E TABELAS

Figura 1: Países da CPLP no Mundo.....	13
Tabela 1: Línguas mais faladas do mundo.	38
Gráfico 1: Organizações Internacionais x Países Falantes de Português.	39
Gráfico 2: Gráfico representativo das Partes integrantes da OAPEP nas reservas de petróleo do mundo – 2006.	41
Gráfico 3: Presença das Línguas em Organizações Internacionais.	49

LISTA DE ABREVIATURAS

ACP African, Caribbean, and Pacific Group of States

ADB Asian Development Bank

AfDB African Development Bank Group

AOSIS Alliance of Small Island States

ARF Asean Regional Forum

ASEAN Association of Southeast Asian Nations

AU African Union

BIS Bank for International Settlements

BRICS Bloco que reúne os países com as maiores economias em desenvolvimento:
Brazil, Russia, India, China, South Africa

CAN Comunidad Andina

CELAC Comunidade dos Estados Latinoamericanos e Caribenhos

CE Comissão Europeia

CERN European Organization for Nuclear Research

CPLP Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

EAPC European Association for Palliative Care

EBRD European Bank for Reconstruction and Development

ECB European Central Bank

ECOWAS Economic Community of West African States

EIB European Investment Bank

EMU Economic and Monetary Union

ESA European Space Agency

EU European Union

FATF Financial Action Task Force

IABD Inter-American Development Bank

ICC International Chamber of Commerce

ICRM Institute of Certified Records Managers

IDB Inter-American Development Bank

IEA International Energy Agency

IFRCS International Federation of Red Cross and Red Crescent Societies

IHO International Hydrographic Organization

IMSO International Mobile Satellite Organization

Interpol International Criminal Police Organization

IOC International Olympic Committee

IOM International Organization for Migration

IPU Inter-Parliamentary Union

ISO International Organization for Standardization

ITSO International Telecommunications Satellite Organization

ITUC International Trade Union Confederation

LAIA Latin American Intercultural Alliance

LAS Latin American Section

MERCOSUR Mercado Comum do Sul

NAM Non-Aligned Movement

NATO North Atlantic Treaty Organization

NEA Nuclear Energy Agency

NSG Nuclear Suppliers Group

OAS Organization of American States

OECD Organization for Economic Co-operation and Development

OI Organizações Internacionais

OIC Organization of Islamic Cooperation

OIF Organisation Internationale de la Francophonie

ONU Organização das Nações Unidas

OPANAL Agency for the Prohibition of Nuclear Weapons in Latin American and the Caribbean

OPEC Organization of the Petroleum Exporting Countries

OSCE Organization for Security and Co-operation in Europe

PALOP Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa

SADC South Africa Development Community

SICA Sistema de la Integración Centroamericana

UN United Nations

Unasur Unión de Naciones Suramericanas

UNESCO United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization

WADB West African Development Bank

WAEMU West African Economic and Monetary Union

WCO World Customs Organization

WFTU World Federation of Trade Union

1. INTRODUÇÃO

Este estudo visou averiguar quais os benefícios no âmbito político, econômico e cultural da difusão da língua portuguesa em organismos internacionais, de acordo com o proposto no documento, divulgado em março de 2010 no *site* da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), denominado Plano de Ação para a Promoção, Difusão e Projeção da Língua Portuguesa. O referido documento trata especificadamente, em seu primeiro ponto, a respeito das estratégias de implantação da língua portuguesa nas organizações internacionais (OI).

A partir de uma análise das estratégias do Plano de Ação para a Promoção, Difusão e Projeção da Língua Portuguesa foi proposto levantar quais os contributos que a implantação destas geraria para os membros da CPLP e para a própria CPLP como organização. De forma a entender as dificuldades encontradas pelos Estados-membros, uma vez que estes estão localizados em territórios descontínuos, possuem uma gramática diferenciada e também fazem parte de outras organizações internacionais. Para tanto mostrou-se necessário o estudo da política da língua portuguesa, bem como um estudo sobre os organismos internacionais e das suas dominantes linguísticas.

A partir do fenômeno da globalização, o cenário internacional é constituído cada vez mais por instituições, sendo estas econômicas, políticas, religiosas e culturais. Neste contexto surge a CPLP que possui como objetivo a difusão da língua portuguesa dentro de organismos internacionais como a ONU (Organização das Nações Unidas), a UNESCO (*United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization*), a Interpol (*International Criminal Police Organization*), a ISO (*International Organization for Standardization*), o IOC (*International Olympic Committee*), entre outros que façam parte dos interesses dos países da CPLP.

Como forma de difusão, o Plano de Ação para a Promoção, Difusão e Projeção da Língua Portuguesa possui diversas estratégias que poderão ser aplicadas tanto no plano

interno dos Estados quanto no externo, que dependem dos governantes para serem aplicadas e assim alcançarem seus objetivos. Dentre as estratégias do documento estão a tradução de *web sites*, a promoção de formação de tradutores e de intérpretes e o apoio a candidaturas de nacionais dos Estados-Membros da CPLP nestes organismos internacionais.

Um breve estudo de como ocorre a governança e a governação das instituições internacionais mostra-se essencial para perceber como elas se estruturam na divisão dos cargos e dos Estados que as ocupam, dessa forma entendendo o valor das dominantes linguísticas dentro das organizações. Para uma abordagem mais focal foram escolhidas para exemplificar esta questão a ONU e algumas organizações das quais fazem parte pelo menos a metade dos países pertencentes à CPLP. Pois, dessa forma, o Plano atinge instituições de grande importância para seus membros e para o sistema internacional.

A investigação possuiu como base os pressupostos teóricos e metodológicos do institucionalismo neoliberal tendo como principais autores Robert O. Keohane com sua obra *International Institutions and the State Power* e John Gerard Ruggie com *International Organization: A State of th Art on an Art of the State*. Para tratar da questão da política da língua, a linguista portuguesa, Maria Helena Mira Mateus em *Uma Política de Língua para o Português*, oferece um ponto de vista sobre a necessidade de ser adotada uma política para a língua portuguesa que apresenta ideias que seriam de grande valia para o projeto da CPLP.

O artigo estrutura-se de forma em que primeiramente será demarcado o contexto do surgimento das instituições internacionais, em seguida será apresentada a teoria das relações internacionais do institucionalismo neoliberal. Uma breve análise sobre a CPLP e seus Estados-membros segue, bem como um estudo sobre a presença destes mesmos países em blocos regionais, e a influência destes no que compete à política da língua. São expostos dados sobre os idiomas mais falados no mundo e a presença destes nas instituições tratadas neste artigo através de suas línguas de trabalho. Após o conhecimento do meio em que a CPLP pretende introduzir seu projeto, este será

apresentado seguido do estudo sobre a política de língua do português. Ao fim serão apresentadas conclusões e contributos para promover, difundir e projetar a língua portuguesa nas organizações internacionais.

1.1 Formação das Instituições e o Contexto Internacional

A primeira Era da globalização aconteceu por volta de 1850 (em decorrência do desenvolvimento industrial) e 1914 (com o início da Primeira Guerra Mundial) tendo seu período de declínio nos últimos anos da Guerra Fria (1989). Durante este período a globalização era voltada para o comércio e para o desenvolvimento tecnológico principalmente durante a Guerra Fria. Entretanto, foi com o fim da Segunda Grande Guerra e com a falha da Liga das Nações que surgiu o interesse por parte da comunidade internacional de criar organizações eficientes como a ONU que fossem capazes de impedir novas guerras e estruturar algumas questões internacionais, como por exemplo, o trabalho, através da OIT (Organização Internacional do Trabalho).

A segunda Era da globalização iniciou-se em 1989 e dura até os dias de hoje. Esta fase, além de vivenciar um grande desenvolvimento de novas tecnologias, também experiencia uma maior integração cultural, influenciada pela facilidade dos meios de comunicação e transporte e pelos inúmeros blocos regionais distribuídos em torno do globo que fazem acordos e tratados entre si e acabam por possibilitar convívios entre diferentes povos e nações permitindo uma maior imersão em diferentes contextos sociais e linguísticos. Esta imersão tem como consequência um aprofundamento no estudo e interesse nas questões de Estados terceiros, o que gera uma integração e valorização dos aspectos linguísticos.

De acordo com Teixeira (2006), a globalização implica numa grande facilidade de comunicação global, exponenciando a possibilidade e efetividade de contatos e de comunicação. Assim, a globalização, que começou por ser comercial e tecnológica, transformou-se em globalização sociológica e, necessariamente, linguística.

Em 1989 foi fundada a Instituição Internacional da Língua Portuguesa (I IPL) com o intuito de promover e difundir a língua portuguesa. Os países participantes eram unidos por um idioma comum e por compartilhar uma visão do desenvolvimento e da democracia. Outras instituições surgiram com o mesmo intuito como os PALOP's (Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa) criada em 1996, e a CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa) fundada no mesmo ano¹. Visando a promoção da língua, sua difusão e projeção é criado, em 1990, o Novo Acordo Ortográfico.

São identificáveis as mudanças na forma com que o fenômeno de governança internacional é concebido, especialmente após a Segunda Grande Guerra. A governança internacional é o que quer que as instituições internacionais façam, os atributos formais das organizações internacionais, assim como seus estatutos, procedimentos de voto, estruturas de comitê e similares, conta o que elas fazem. Os padrões de influência moldam os resultados organizacionais. As fontes de influência têm sido investigadas incluindo o poder e o prestígio dos Estados individuais, a formação e o funcionamento dos sistemas de grupo, posição de liderança organizacional e políticas burocráticas. (RUGGIE, 1986)

A instituição precursora da Organização das Nações Unidas foi a Liga das Nações, uma organização concebida em circunstâncias similares durante a Primeira Guerra Mundial, que se estabeleceu em 1919 sob o Tratado de Versalhes, e que possuía como intuito “promover a cooperação internacional e conseguir a paz e segurança”. (ONU, 2010)

A criação da ONU se deu no ano de 1945, com a realização em São Francisco da Conferência das Nações Unidas sobre Organização Internacional na qual reuniram representantes de 50 países para elaborar a Carta das Nações Unidas. Foi deliberado pelos delegados, sobre a base das propostas elaboradas em Dumbarton Oaks, nos

1 Informações retiradas do site da CPLP - www.cplp.org

Estados Unidos, em agosto/outubro de 1944, pela China, União Soviética, Reino Unido e Estados Unidos. A Carta foi assinada em 26 de junho de 1945 pelos representantes dos 50 países. (ONU, 2010)

A UNESCO foi instituída ainda durante o período de guerra, em 1942, quando os governos dos países da Europa, que estavam lutando contra o nazismo alemão e os seus aliados, reuniram-se no Reino Unido para a Conferência dos Ministros Aliados da Educação (CMAE). A Segunda Guerra Mundial estava longe de terminar, mas esses Estados estavam buscando formas e meios para reconstruir seus sistemas de ensino uma vez que a paz fosse restaurada. De forma bem rápida o projeto ganhou força e logo assumiu uma nota universal. (UNESCO, 2010)

Em 1945, uma conferência foi realizada pela ONU para o estabelecimento de uma organização educacional e cultural. No final da conferência, 37 países fundaram a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e Cultura. A Constituição da UNESCO, entrou em vigor em 04 de novembro de 1946, após a ratificação por vinte países sendo eles: Austrália, Brasil, Canadá, China, Checoslováquia, Dinamarca, República Dominicana, Egito, França, Grécia, Índia, Líbano, México, Nova Zelândia, Noruega, Arábia Saudita, África do Sul, Turquia, Reino Unido e Estados Unidos. A primeira Conferência Geral da UNESCO foi realizada em Paris de 19 de novembro a 10 de dezembro 1946. (UNESCO, 2010)

1.2 Uma defesa ao Institucionalismo Neoliberal

De acordo com Keohane e Martin (1995), o bem sucedido funcionamento das instituições depende pesadamente da operação de reciprocidade, tanto específica quanto difusa. Os Estados ao usarem estratégias de reciprocidade estão engajados em trocar com o outro e requerem informações sobre o valor da permuta. A reciprocidade institucionalizada e as preocupações distributivas são simplesmente dois lados da mesma moeda que refletem as dificuldades de cooperar em um sistema sem poder

centralizado (como o ambiente internacional), apontando para a necessidade de fontes confiáveis de informação. Isto implica que os Estados, ao cooperarem, estão obtendo ganhos.

As instituições são capazes de alterar as estratégias dos Estados mudando os custos das alternativas, ou seja, a institucionalização pode promover a cooperação. Segundo Keohane (*apud* Katzenstein, 1998) as instituições se importam com a cooperação, porque através dela elas podem prover informações, monitorar o cumprimento, aumentar interações, facilitar a resolução de problemas, definir estratégias e oferecer boas soluções. Keohane não nega a importância do poder, mas com os constrangimentos impostos pela falta de uma hierarquia de governo mundial, os Estados podem obter ganhos através da cooperação desenhando instituições apropriadas. (KATZENSTEIN, 1998)

A CPLP é uma instituição internacional que, segundo a ideologia de Keohane, pode enquadrar-se dentre as instituições que são persistentes e que possuem conectados arranjos de regras (formais e informais) que prescrevem papéis comportamentais, atividades de constrangimento e que possuem expectativas moldadas. As instituições internacionais podem ser definidas de três formas: organizações formais intergovernamentais ou transacionais não-governamentais (dentre as quais se encaixaria a CPLP), os regimes internacionais e as convenções. (KEOHANE, 1989)

As instituições internacionais são importantes para as ações dos Estados em parte porque elas afetam os incentivos que enfrentam os Estados, mesmo se os interesses fundamentais destes Estados são definidos autonomamente. Instituições internacionais tornam possível para os Estados tomarem ações que não seriam capazes sozinhos. As instituições podem também afetar o entendimento que os líderes dos Estados têm do papel que devam representar e suas suposições sobre a motivação do outro e os interesses perseguidos. Elas também possuem aspectos consultivos assim como regulatórios: ajudam a definir como interesses são definidos e como ações são interpretadas. Não há uma relação estreita entre o grau de institucionalização de uma

instituição e sua importância na política mundial, segundo o autor, deve-se olhar a sua efetividade, que não necessariamente está correlata à institucionalização. (KEOHANE, 1989)

Para Keohane, um ambiente internacional aberto providencia incentivos a um comportamento pacífico, mas não necessita ou assegura tal comportamento. A cooperação tem que ser distinguida de harmonia. A cooperação não é automática, requer planejamento e negociação, envolve exercício de influência. A influência é assegurada não só com a ajuda de persuasão e prestígio, mas também através do uso de recursos, principalmente de caráter econômico. (KEOHANE, 1989)

A ONU e a UNESCO são duas organizações internacionais de grande peso mundial, devido aos seus interesses de promover a cooperação entre seus membros, aumentando assim as interações entre Estados, facilitando a resolução de conflitos, ou mesmo de problemas políticos, econômicos, sociais e culturais. Tornando ações possíveis para Estados que antes de se associarem não seriam capazes de tomar sozinhos. É devido a esses benefícios das instituições e a sua efetividade que ambas estas organizações vigoram há mais de 50 anos, possuindo cerca de 190 países membros.

2. HISTÓRIA DA CPLP

Com a independência brasileira e a abolição da escravatura, os interesses comuns entre Portugal e Brasil foram desfeitos, porém não deixaram de seguir caminhos paralelos. Ambos os países apresentavam o mesmo quadro constitucional estabelecido por D. Pedro I do Brasil e IV de Portugal, apresentando também um quadro político e intelectual semelhante devido à grande emigração portuguesa. Estes dois países desenvolveram a Maçonaria e as ideias republicanas e “regeneracionistas” quase simultaneamente, a implantação da República no Brasil em 1889, e em Portugal em 1890 após tentativa falhada em 1891 no Porto. O golpe militar em Portugal em 1926 seguido da ditadura salazarista adotou o nome “Estado Novo”, o mesmo adotado por Getúlio Vargas, no Brasil, em 1937, para o regime que instaurou. Estas são algumas das similaridades apresentadas por ambos países historicamente. Após a Segunda Grande Guerra e com o regresso da democracia no Brasil a separação entre os dois países começou a se acentuar e diversos portugueses democratas e opositores à ditadura emigraram para o Brasil. (Pensar, Comunicar, Actuar em Língua Portuguesa, 2007)

Padre António Vieira idealizou a “Nova Lusitânia”, na qual atribuiu a Portugal a missão de converter e reformar o mundo. Essa utopia esteve presente em alguns círculos intelectuais dos dois países. Em 1902, Silvo Romero (brasileiro) propôs a criação de uma Federação Luso Brasileira “bloco linguístico envolvendo Brasil e Portugal e as suas colónias, como forma de resistir aos intentos ‘recolonizadores’ das grandes potências promotoras das Conferências de Berlim”. (Pensar, Comunicar, Actuar em Língua Portuguesa, 2007)

Mesmo com a assinatura do Tratado de Amizade e Consulta em 1953, a política colonial de Portugal de que deu origem às guerras em Angola, Guiné-Bissau e Moçambique entre 1961 e 1974, foi um obstáculo entre Portugal e Brasil. (Pensar, Comunicar, Actuar em Língua Portuguesa, 2007)

No início da década de 1960, o Professor Adriano Moreira, ministro português do Ultramar (1961-63), reconheceu a necessidade de reafirmação da reciprocidade entre Brasil e Portugal. Após a sua saída do governo fundou o Movimento da União das Comunidades de Cultura Portuguesa que tinha por objetivo criar um “clima de unidade e autenticidade” e “formar e movimentar a opinião pública”. “As propostas de Adriano Moreira foram recebidas com desconfiança nos círculos do poder e foram descartadas pela propaganda oficial do regime empenhada na mobilização da opinião pública portuguesa a favor da defesa militar das Províncias Ultramarinas”. (Pensar, Comunicar, Actuar em Língua Portuguesa, 2007)

Em 1961, José Aparecido de Oliveira, brasileiro, enfrentou dificuldades parecidas ao sonhar com uma comunidade fraterna de países de língua portuguesa que tinha por objetivo a luta pela liberdade, a autodeterminação dos povos, a democracia e a independência das colônias. Como aliado encontrou o Presidente Jânio Quadros que adotou uma nova política externa para o Brasil, baseada no diálogo e na amizade entre os povos. (Pensar, Comunicar, Actuar em Língua Portuguesa, 2007)

No período da ditadura militar brasileira houve um estreitamento das relações com o governo salazarista, porém não teve efeito significativo apesar dos Acordos de Cooperação de 1966 e da neutralidade do Brasil diante das guerras nas colônias africanas de Portugal. O Tratado da Igualdade de Direitos promulgado em 1971 não agradou a todos os brasileiros, visto que os portugueses que imigravam na época eram frequentemente de condição social baixa e analfabetos. (Pensar, Comunicar, Actuar em Língua Portuguesa, 2007)

Dentre os precursores da CPLP, podem-se incluir os líderes dos movimentos de libertação – PAIGC (Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde), FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique), MLSTP (Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe), FRETILIN (Frente Revolucionária de Timor-Leste Independente) que lutaram pela independência dos seus países, alertando que o inimigo

não era o povo português, mas o regime e o sistema injusto. (Pensar, Comunicar, Actuar em Língua Portuguesa, 2007)

Amílcar Cabral, político do PAIGC, afirmou que “a língua é o bem mais precioso que nos deixaram os ‘tugas’²” e Samora Machel, líder revolucionário moçambicano, tomou como lema “um só povo, uma só língua”. Em 20 de Abril de 1961, iniciou a Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas (CONCP) que agrupava a União Nacional dos Trabalhadores de Angola, o Movimento Popular de Libertação de Angola, o MLSTP, o PAIGC e a FRELIMO, constituindo a primeira organização multinacional de língua portuguesa. (Pensar, Comunicar, Actuar em Língua Portuguesa, 2007)

Após o processo de independência concluído, os fundadores da CONCP, que estavam no poder dos cinco Estados africanos, criaram, em 1979, o Grupo dos Cinco Países de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) para dar continuidade a cooperação e solidariedade, sendo, portanto, a primeira organização intergovernamental de língua portuguesa. (Pensar, Comunicar, Actuar em Língua Portuguesa, 2007)

O assumir da herança linguística e cultural comum facilitou a rápida retoma do diálogo e da cooperação bilateral com Portugal, superando os traumas da guerra e da descolonização, e com o Brasil – que foi dos primeiros países a estabelecer relações com os PALOP – apesar das diferenças políticas e ideológicas entre a ditadura militar brasileira e os regimes marxistas instaurados nos países africanos lusófonos. (Pensar, Comunicar, Actuar em Língua Portuguesa, 2007, pág. 33)

Em uma visita oficial a Cabo Verde, em 1983, o então ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, Jaime Gama, acreditava que:

O processo mais adequado para tornar consistente e descentralizar o diálogo transcontinental dos sete países de língua portuguesa espalhados por África, Europa e América seria realizar cimeiras rotativas bienais de Chefes de Estado ou Governo, promover

2 O termo “tugas” é um apelido/alcunha para se referir aos portugueses.

encontros anuais de Ministros de Negócios Estrangeiros, efetivar consultas políticas frequentes entre diretores políticos e encontros regulares de representantes na ONU ou em outras organizações internacionais, bem como avançar com a constituição de um grupo de língua portuguesa no seio da União Interparlamentar. (Pensar, Comunicar, Actuar em Língua Portuguesa, 2007, pág. 34)

José Aparecido de Oliveira, ministro da Cultura do Governo do Presidente Sarney, no Brasil, em 1989, desejava a criação de uma comunidade de países de língua portuguesa e convocou estes países para uma reunião. (Pensar, Comunicar, Actuar em Língua Portuguesa, 2007)

No dia 1º de novembro foi acordada a criação do Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP) com os representantes dos seguintes países: Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe, Angola e Brasil. O projeto da Comunidade ainda teria que ser amadurecido. (Pensar, Comunicar, Actuar em Língua Portuguesa, 2007)

Com o fim da Guerra Fria grande parte dos países do chamado “Terceiro Mundo” colocaram no topo de suas prioridades a paz e o desenvolvimento. Notou-se, pois, processos de reformas políticas e econômicas nos PALOP o que iniciou uma nova forma de cooperação, para níveis de integração regional e também no plano internacional, com base no bem-estar, no progresso e nos direitos humanos. (Pensar, Comunicar, Actuar em Língua Portuguesa, 2007)

Em fevereiro de 1994, os ministros dos Negócios Estrangeiros e das Relações Exteriores dos sete países reuniram-se em Brasília e recomendaram que houvesse uma cimeira para aprovar a constituição da Comunidade com a presença dos Chefes de Estado e de Governo. Para isso foi criado um Comitê de Concertação Permanente, em Lisboa, encarregado da elaboração de projetos de Declaração Consultiva e os Estatutos da Comunidade. (Pensar, Comunicar, Actuar em Língua Portuguesa, 2007)

A CPLP foi criada em 17 de julho de 1996, na cidade de Lisboa, através da reunião dos Chefes de Estado de Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe. Em 2002, após a independência, Timor-Leste também tornou-se membro. Os oito países possuem um vínculo histórico e um patrimônio comum, apesar de constituírem um espaço geograficamente descontínuo (abrangendo quatro continentes e cerca de 230 milhões de pessoas). (CPLP, 2011)

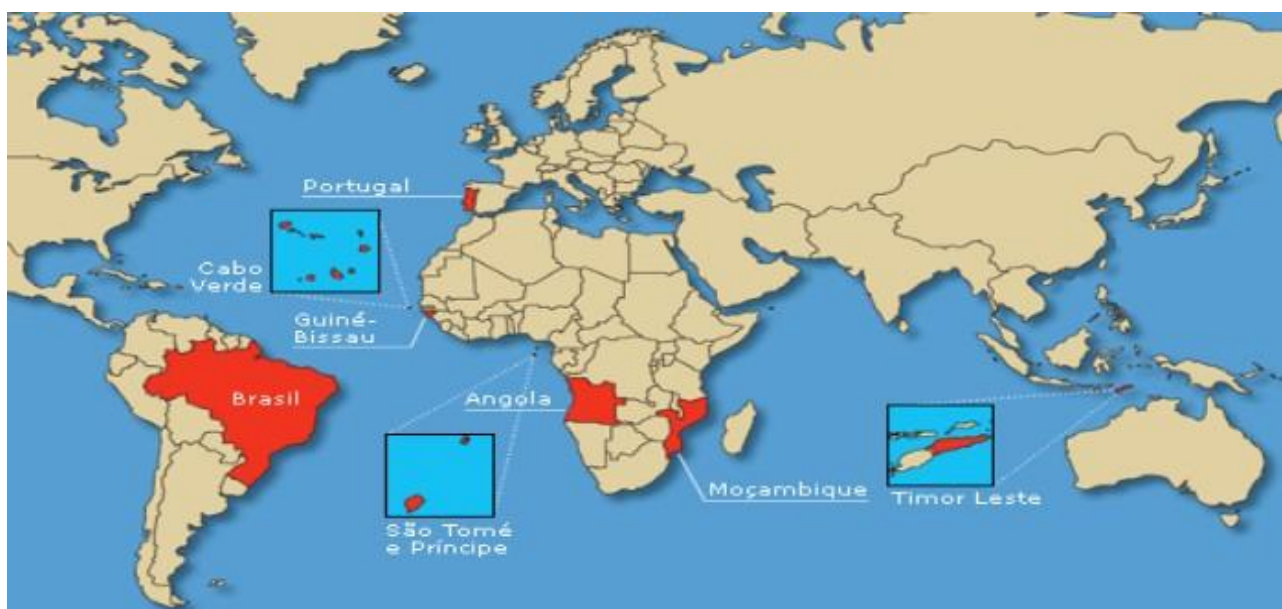
Dentre os propósitos da Comunidade destaca-se a projeção e a consolidação dos laços entre os países de língua portuguesa no âmbito externo, dessa forma proporcionando a essas nações uma maior capacidade de defesa dos seus valores e interesses, no que tange a defesa da democracia, a promoção do desenvolvimento, e a criação de um ambiente internacional mais equilibrado e pacífico. A CPLP também tem o intuito de promover a concertação política e a cooperação nos domínios social, cultural e econômico. (CPLP, 2011)

A língua portuguesa é definida como: ‘um vínculo histórico e um patrimônio comum resultante de uma convivência multissecular que deve ser valorizada’ e ‘um meio privilegiado de difusão da criação cultural dos povos que falam português e de projeção internacional dos seus valores culturais, numa perspectiva aberta e universalista’. (Pensar, Comunicar, Actuar em Língua Portuguesa, 2007, pág. 38)

3. PERFIS DOS ESTADOS-MEMBROS DA CPLP

Conforme é corroborado pela imagem abaixo, retirada do site da CPLP, os oito países membros desta organização encontram-se na Europa, América, África e Ásia, ou seja, estão dispersos em quatro continentes, abrangendo uma área correspondente a 7,2% da superfície do planeta. É importante ressaltar que nenhum destes Estados-membros dividem fronteiras com outros países que também fazem parte da CPLP. (CPLP, 2012)

Figura 1: Países da CPLP no Mundo



Fonte: <http://www.cplp.org/id-22.aspx>

Os Estados-membros possuem características geo-econômicas muito assimétricas, enquanto o Brasil é o quinto país do mundo em termos de superfície, São Tomé e Príncipe é o menor Estado em termos de área da África. Ressalta-se também que ao mesmo tempo em que se tem o Brasil como a oitava ou nona economia a nível mundial, encontra-se Moçambique no segundo lugar entre os países mais pobres do mundo. (CPLP, 2012)

Os países que são membros da Comunidade também encontram-se em outros blocos de integração regional como por exemplo o Brasil no Mercosul, Portugal na União Europeia, Angola e Moçambique na Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), a Guiné Bissau na Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental, o que influencia-os de forma importante promovendo um interregionalismo e muitas vezes impedindo um maior aprofundamento na integração da CPLP, pois nestes blocos regionais não pertencem falantes da língua portuguesa. (IMPERIAL, 2006)

Outro aspecto importante é o fato dos blocos regionais possuírem objetivos políticos e econômicos o que de fato cabe mais ao interesse dos Estados participantes que acabam passando por cima das questões sociais e culturais. Estas últimas passam muitas vezes despercebidas pelo governo e por uma parte dos cidadãos. (IMPERIAL, 2006)

De acordo com Almeida (2002, pág. 1):

embora a designação de 'bloco regional' possa ser aplicada a qualquer grupo de países vinculados pela contiguidade geográfica (blocos asiático, africano ou latino-americano) ou por acordos intergovernamentais, de tipo econômico ou político, o termo, em sua acepção restrita, refere-se aos agrupamentos de caráter comercial resultando de um projeto integracionista.

Por outro lado, apesar do mundo ocidental estar fortemente ligado ao capitalismo e, portanto às questões econômicas, dever-se-ia utilizar dos blocos regionais aos quais pertencem os países-membros da CPLP para divulgar e promover a língua portuguesa.

Portanto, seria interessante pensar nos blocos regionais como focos onde pudessem introduzir algumas das estratégias do Plano de Ação para a Promoção, Difusão e Projeção da Língua Portuguesa, pois dessa forma ganhariam maior espaço, tendo assim uma visibilidade maior, o que poderia facilitar a sua entrada como língua de trabalho nas grandes instituições.

3.1 República de Angola

A República de Angola possui uma área de 1.246.700 Km² e uma população de 13.9 milhões de habitantes (estimada em 2004). Está localizada na África Austral e faz fronteira com a República do Congo, com a República Democrática do Congo, com a República da Zâmbia e com a República da Namíbia, possuindo uma costa de 1650 km no Oceano Atlântico³.

Desde setembro de 1979 seu Chefe de Estado é o José Eduardo dos Santos. Fernando da Piedade Dias dos Santos é o Primeiro-Ministro e Assunção Afonso do Anjos o Ministro das Relações Exteriores⁴.

A língua oficial da República angolana é o Português, mas são também faladas outras línguas, principalmente, o Umbundo, o Kimbundo, o Kikongo e o Tchokwé. A unidade monetária do país é o Kwanza (Kz). (Construindo a Comunidade, 2009)

Dentre os recursos econômicos de Angola está a grande diversidade de recursos naturais. É estimado que no seu subsolo possua 35 dos 45 minerais mais importantes no comércio internacional como o petróleo, o gás natural, e o diamante, além das reservas de fosfato, magnésio, ferro, cobre, ouro e uma grande produção pecuária. O petróleo, juntamente com a cultura de café, representam 90 por cento das exportações do país. No setor de serviços está a frente o turismo. (Construindo a Comunidade, 2009)

De acordo com o *site* oficial⁵ da embaixada de Angola os principais parceiros comerciais do país são: Estados Unidos, Bélgica, Portugal, Alemanha, França, Espanha, Brasil e África do Sul.

3 Informações retiradas do Portal Oficial do Governo de Angola. Disponível em: <http://www.governo.gov.ao/opais.aspx> último acesso em: 19/01/2012.

4 Ibidem 2.

5 Embaixada de Angola. Disponível em: <http://www.embaixadadeangola.org/> último acesso em:

A Angola faz parte da SADC (Southern African Development Community) instituída em 1992, possui catorze países-membros, visando a cooperação regional, a promoção da autoconfiança coletiva e o estabelecimento de elos mais fortes entre seus membros. Dessa forma intensificando a integração regional, buscando cooperação e convergência com a finalidade de integrar as áreas de política monetária, fiscal, regimes de comércio e taxa de câmbio. (MURAPA, 2002)

3.2 República Federativa do Brasil

A República Federativa do Brasil abrange uma área de 8.547.403 km² e possui uma população de 190.732.694 habitantes (censo realizado em 2010⁶). Está localizado na América do Sul e faz fronteira com a Argentina, o Uruguai, o Paraguai, a Bolívia, o Peru, a Colômbia, a Venezuela, a Guiana, o Suriname e a Guiana Francesa. Possui 7.367 km de linha costeira ⁷.

O país conquistou sua independência de Portugal em 1822, sua atual presidente da república é Dilma Rousseff que assumiu em 2011. A língua oficial é o português e sua unidade monetária é o real. (CIA, 2012)

Os principais parceiros de exportação são China, Estados Unidos, Argentina e Holanda, e as *commodities* são o minério de ferro, a soja, equipamentos de transporte, automóveis, calçados e café. No que tange os produtos importados, tem-se peças automotivas, eletrônicos, produtos químicos, máquinas e equipamentos elétricos que são provenientes em sua maioria dos Estados Unidos, China, Argentina, Alemanha e Coreia do Sul. (CIA, 2012)

19/01/2012.

6 Informação retirada do site do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1766 último acesso em: 19/01/2012.

7 Informações retiradas da Câmara dos Deputados. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/internet/eventos/ipait/portugues/brasil.asp> último acesso em: 19/01/2012.

3.3 República de Cabo Verde

A República de Cabo Verde é um grupo de ilhas que foi descoberto pelos portugueses no século XV e colonizada pelos mesmos até 1975, quando então obteve sua independência. Possuindo uma área de 4.033 km², Cabo Verde localiza-se estrategicamente a oeste de Senegal, a 500 km da costa africana, estando perto das rotas marítimas norte-sul e sendo de grande importância para o abastecimento marítimo e aéreo. (CIA, 2012)

O atual presidente é Jorge Carlos de Almeida Fonseca e o primeiro ministro é José Maria Pereira Neves. A população cabo-verdiana é estimada (2012) em 523,568, e a língua oficial do país é o português, porém também é falado o crioulo. A unidade monetária é o Escudo de Cabo Verde (CVE). (CIA, 2012)

Cerca de 40% da população vive em áreas rurais, em contradição 82% dos alimentos são importados. O país sofre de escassez de água e solos pobres para agricultura em várias ilhas. A maior parte do PIB provém do setor de serviços com comércio, transportes e turismo. O país tem um grande potencial para a pesca de lagosta e atum, porém ainda não se desenvolveu plenamente nessa atividade. (CIA, 2012)

3.4 República de Guiné-Bissau

O país tornou-se independente de Portugal em 1974 e tem como atual presidente Malam Bacai Sanha e seu primeiro ministro é Carlos Domingos Gomes Jr.. Possui uma extensão territorial de 36.125 km², fazendo fronteira com Senegal e Guiné, na região oeste da África, com 350 km de costa para o oceano atlântico. Sua população é estimada (2012) 1,628,603 e sua unidade monetária do país é o Franco CFA. (CIA, 2012)

A República de Guiné-Bissau possui como língua oficial o português, mas também são falados localmente crioulo, mandjaco, mandinga entre outros. O arroz é a principal cultura e alimento básico na Guiné-Bissau que também exporta peixes e frutos do mar, amêndoas e amendoins para Índia, Nigéria, Brasil e Togo. Os produtos importados são os alimentares, os derivados e petróleo e máquinas e equipamentos, que provêm em sua maioria de Portugal, mas também do Senegal e China. (CIA, 2012)

3.5 República de Moçambique

A República de Moçambique conquistou sua independência de Portugal em 1975. Possui 789,380 km², fazendo fronteira com Malavi, África do Sul, Suazilândia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue, além de possuir 2,470 km de costa para o Oceano Índico. Moçambique possui uma estimativa populacional (2012) de 23,515,934 habitantes e sua unidade monetária é o metical (MZM). (CIA, 2012)

Armando Emílio Guebuza é o presidente do país desde 2005, e o primeiro ministro é Aires Bonifácio Baptista Ali que assumiu o cargo em 2010. A língua oficial é o português, mas existem várias línguas nacionais como o Lomué, Makondé, Shone, Tsonga e Chicheua. (Construindo a Comunidade, 2009)

A maioria da força de trabalho de Moçambique é voltada para agricultura de subsistência e pequenos agricultores. O país teve um crescimento anual em 2007 de 9%, sendo uma das mais fortes performances na África. Os principais produtos exportados são alumínio, camarão, algodão, açúcar, e os principais mercados são Bélgica, África do Sul, Itália, Espanha e China. Os principais produtos importados são maquinarias e equipamentos, veículos, combustível e têxteis e tem como principais parceiros são África do Sul, China, Índia, Austrália e Portugal. (CIA, 2012)

3.6 República de Portugal

A República Portuguesa tem extensão de 92.090 km², faz fronteira com a Espanha e possui uma costa de 1,793 km para o Oceano Atlântico. Possui uma população estimada de 10,781,459 habitantes. (CIA, 2012)

Anibal Cavaco Silva é o atual presidente do país e está no poder desde 2006, seu primeiro ministro é Pedro Manuel Mamede Passos Coelho. Possui como língua oficial o português sendo o país que disseminou a língua e sua unidade monetária é o euro. (CIA, 2012)

Os principais parceiros de exportação são Espanha, Alemanha, França e Reino Unido e os produtos são os agrícolas e alimentícios, vinho, óleos, plástico, borracha, cortiça, matérias têxteis, calçados e metais básicos. Os produtos importados são os veículos, instrumentos óticos e de precisão, acessórios de computador e peças que provêm da Espanha, Alemanha, Itália e Holanda. (CIA, 2012)

3.7 República de São Tomé e Príncipe

A República de São Tomé e Príncipe é uma ilha que foi descoberta pelos portugueses no século XV, colonizada pelos mesmos e que conquistou sua independência em 1975. Possui uma área de 964 km², localizada a oeste da África e sua população é estimada (2012) em 183,176 habitantes. A língua oficial é o português, localmente é também falado o crioulo e a unidade monetária é o dobra. (CIA, 2012)

O atual presidente é o Manuel Pinto da Costa e seu primeiro ministro é o Patrice Emery Trovoada. Os principais produtos exportados são o cacau, o café e o óleo de palma cujos destinos são Holanda, Bélgica, Egito e Estados Unidos. Os produtos mais importados são equipamentos eletrônicos e maquinaria, derivados do petróleo e produtos alimentícios que provêm de Portugal, Malásia, Estados Unidos e Gabão. (CIA, 2012)

3.8 República Democrática de Timor-Leste

A ilha de Timor tornou-se colônia portuguesa em meados do século XVI, conquistou sua independência de Portugal em 28 de novembro de 1975, mas nove dias depois foi invadida e ocupada por forças indonésias. Em 30 de agosto de 1999 por meio de um referendo supervisionado pela ONU, a maioria do país votou pela independência da Indonésia, mas somente em maio de 2002 teve sua soberania reconhecida internacionalmente como República Democrática de Timor-Leste. (CIA, 2012)

O país está localizado a noroeste da Austrália, possui uma extensão territorial de 14,874 km², faz fronteira com a Indonésia, tem uma costa de 706 km e uma população estimada (2012) em 1,201,225 habitantes. As línguas oficiais são o português e o tétum e sua unidade monetária é o dólar norte-americano (USD). (CIA, 2012)

O Presidente é Taur Matam Ruak (José Maria de Vasconcelos) e seu primeiro ministro é Kay Rala Xanana Gusmão (José Alexandre Gusmão). Quanto à economia, os principais produtos exportados são petróleo, café, madeira de sândalo, e mármore com grande potencial para exportação de baunilha também. Os produtos mais importados são alimentos, maquinaria, querosene e gasolina. (CIA, 2012)

4. VALOR ECONÔMICO DA LÍNGUA PORTUGUESA

A língua assume um papel e um alcance econômico e estratégico não negligenciável, por isso, é indispensável encarar a língua com um valor, não só cultural e identitário de um povo ou de certos povos, mas, como mais valia para uma política econômica externa. Numa perspectiva de globalização, será de se esperar a definição de uma estratégia linguística que se enquadre nesta realidade numa política sólida e consequente, visando ao longo ou ao médio prazo. (SILVA, 2005)

A relação da língua com a economia tem vindo a atrair uma atenção crescente, justificada pelas necessidades da sociedade de conhecimento em que vivemos, onde o volume de dados, informação e conhecimento cresce continuamente. Os estudos sobre o valor econômico da língua reconhecem que a externalidade positiva da partilha de uma língua, enquanto instrumento de comunicação e intercompreensão, reforça o seu valor e impacto nas trocas com o exterior (ALBUQUERQUE, 2010).

A língua, como característica unificadora, exerce um forte impacto nas economias a vários níveis, nomeadamente, na dinamização das trocas comerciais, na promoção da globalização empresarial, no desenvolvimento das relações políticas e sociais, no intercâmbio de ideias, e no fluxo de pessoas⁸.

A língua portuguesa deve ser entendida como uma língua do futuro, como uma língua que deve seu crescimento demográfico tanto pelo fato do aumento no número dos seus falantes nativos, quanto ao seu crescimento por razões econômicas, visto ser utilizada por nações que dispõem de um reconhecido potencial de desenvolvimento social. (SILVA, 2005)

8 Disponível em: <http://observatorio-lp.sapo.pt/pt/geopolitica/o-valor-economico-da-lingua-portuguesa/a-economia-portuguesa>. Texto: A língua portuguesa e a lusofonia. Acesso em 23/08/2012.

O valor da língua portuguesa, juntamente com o da língua espanhola foi debatido em Fórum, a 19 de maio de 2011, no Instituto Camões em Portugal. Estratégias de internacionalização e de cooperação no sentido da afirmação do espaço ibero-americano e demais territórios das duas línguas no mundo foram consideradas. No seminário, os participantes puderam ouvir responsáveis pelas equipes que, em Portugal e Espanha, fizeram estudos sobre o valor econômico do português e do espanhol. Estudo realizado pelo IC em 2007 e apresentado em 2008 revelou representar a língua portuguesa 17% do PIB de Portugal ⁹.

Ainda no contexto do valor atual da língua portuguesa, identificam-se, em 2012, três eventos que deram destaque sobre o ensino de português nos Estados Unidos e no mundo e ajudam a entender o valor da língua portuguesa, sendo eles a Conferência da Língua Portuguesa, em Nova York; o II Curso de Formação Continuada para Professores de POLH (Português como Língua de Herança), na Flórida International University, em Miami; e o Encontro Mundial do Ensino de Português (EMEP). A existência desses eventos, bem como o aumento na sua frequência, podem ser relacionados a um crescimento da própria comunidade de língua portuguesa e apoios importantes de grandes instituições, incluindo o Ministério das Relações Exteriores, o Instituto Camões em Portugal, e diversas universidades. Outra justificativa para os estudos nessa área pode ser associada ao crescente interesse pelo avanço econômico brasileiro e, em consequência, o do valor da língua portuguesa ¹⁰.

9 Disponível em: <http://akademia.comunicamos.org/em-destaque/economia-das-linguas-portuguesa-e-espanhola-debatida-em-lisboa/>. Texto: Economia das línguas portuguesa e espanhola debatida em Lisboa. Acesso em 23/08/2012.

10 Disponível em: <http://gazanews.com/noticias/o-valor-economico-da-lingua-portuguesa/> Texto: O valor econômico da língua portuguesa. Acesso em 23/08/2012.

5. VALOR POLÍTICO DA LÍNGUA PORTUGUESA

Quando se reflete sobre o valor político da língua portuguesa, deve-se primeiramente definir a esfera política a que está se referindo. No caso deste estudo, será considerado o âmbito da sociedade internacional contemporânea e sua relação com a língua portuguesa.

A conceituação de sociedade internacional contemporânea vai além do ponto de vista literal que implicaria no entendimento de sociedade entre nações, porém as relações na atualidade envolvem muito mais do que apenas nações. É importante ressaltar que é até mesmo questionado se é possível se falar em relações entre nações devido à perda da sua centralidade em um mundo formado por tantas organizações, empresas transnacionais e blocos econômicos. (OLSSON, 2007)

5.1 O poder político no contexto internacional

Conforme afirmam Bobbio *et al.* (2008), o poder é um dos fenômenos que mais tem difusão na vida social, praticamente não existe relação social sem que haja “a influência voluntária de um indivíduo ou de um grupo sobre o comportamento de outro indivíduo ou de outro grupo. (...) Todavia, o campo em que Poder ganha seu papel mais crucial é o da política; em relação aos fenômenos políticos” (pág. 940).

Ou seja, política está relacionada intrinsecamente a poder e o instrumento escolhido para compreendê-lo é o conceito de *soft power* introduzido por Joseph S. Nye na década de 1990. Enquanto o *hard power*, também conhecido como poder duro ou poder de comando é a dimensão do poder na qual a vontade de um ator é alcançada por meio da coerção ou da indução. O *soft power*, ou poder de cooptação, é fundamentado na definição de agenda abrangendo valores políticos, instituições, culturas e políticas externas. (OLSSON, 2007)

As organizações internacionais também o exercem, e com muita desenvoltura. As organizações não-governamentais, segundo Joseph S. Nye, notadamente os movimentos religiosos, detêm *soft power* há muitos séculos, como a observância por fiéis de preceitos relacionados ao controle de natalidade e aborto, o que se funda exclusivamente em atração das ideias, e não em coerção. As organizações intergovernamentais, como a Organização das Nações Unidas, por exemplo, têm nos seus discursos e legitimidade uma fonte de *soft power*. (OLSSON, 2007, pág. 344)

Para representar um Estado ou uma instituição internacional é necessário ter poder reconhecido por outros Estados e organizações. Para que haja governança, de acordo com Robert O. Keohane (1989), podendo esta ser pensada nos níveis subnacional, nacional e supranacional, é preciso que se realizem as atividades necessárias para alcançar os objetivos políticos, podendo ser provenientes de autoridades formais ou não, e que esteja assentada na aceitação dos destinatários e não no poder coercivo.

Nesse aspecto, deve-se levar em consideração o contexto político e histórico do momento de criação de cada uma das organizações internacionais para saber qual o posicionamento e poder de influência dos países de língua portuguesa bem como fazer uma análise comparativa com seu poder político na atualidade.

O recorte de tempo foi dado devido ao momento histórico em que começam a se configurar as organizações internacionais de caráter mais significativo. Surge a ONU em 24 de outubro de 1945, após a ratificação da carta por China, Estados Unidos, França, Reino Unido e Ex-União Soviética, países vencedores da 2ª Grande Guerra. O Brasil entra nessa mesma data de fundação, pois ao final da guerra apoiava a tríplice entente, enquanto Portugal entrou apenas dez anos depois em 14 de dezembro de 1955. Os demais países de língua portuguesa apenas entraram após se tornarem nações independentes, com soberania reconhecida, sendo o último deles Timor-Leste.

5.2 Língua Portuguesa e Relações de Poder

A língua é de importante valor para um Estado e também para uma Organização Internacional. Além de, em algumas teorias, configurar uma unidade, ela pode ser utilizada como instrumento de controle de massas.

De acordo com Bobbio *et al.*, 2008, um dos conceitos correntes de nação inclui “pessoas coletivas” que viveriam sob características comuns o território, língua, costumes e religião. Porém esse conceito é contestado uma vez que existem nações multilíngues e, ao mesmo tempo, línguas que pertencem a mais de uma nação. Também é levado em consideração que em países como França e Itália a língua oficial não é algo espontâneo nem natural,

um fato político, fruto da imposição a todos os membros de um Estado, pelo poder político, de uma língua falada apenas numa porção deste Estado, com a conseqüente decadência dos dialetos e das línguas originais, às vezes até línguas com grandes tradições literárias. (Bobbio *et al.*, 2008, pág. 796)

Não se pode negar que falar a mesma língua é identificador de um grupo com fisionomia própria, pois a língua é o veículo de uma cultura comum capaz de criar laços entre seus falantes, laços, esses, que constituem uma personalidade própria. (Bobbio *et al.*, 2008)

No que diz respeito à geopolítica, a língua portuguesa possui um grande valor estratégico-político por possuir países de língua oficial espalhados por diversos continentes. Esse fator garante, pois, um maior espalhamento da língua e cultura portuguesas pelo mundo.

5.3 Cultura e Relações de Poder

As preocupações com cultura surgiram relacionadas tanto ao progresso da sociedade e do conhecimento quanto a novas formas de dominação. A cultura, na sua dimensão

social, registra as tendências e conflitos da história contemporânea bem como suas transformações sociais e políticas. A cultura também é um produto da história coletiva pela qual as forças sociais se defrontam para transformação e benefícios. (SANTOS, 1987)

Os centros de poder da sociedade se preocupam com a cultura, procuram defini-la, entendê-la, controlá-la e agir sobre seu desenvolvimento. A cultura é uma esfera de atuação econômica que possui empresas diretamente voltadas para ela. Dessa forma, as preocupações culturais são institucionalizadas, fazendo parte da própria organização social. Na cultura, a sociedade expressa seus conflitos e interesses, e nela os interesses dominantes da sociedade manifestam sua força. Esse setor da vida social tem sido recorrentemente questionado sobre sua expansão e democratização, uma vez que se considera as mazelas culturais de um povo como o analfabetismo, o controle do conhecimento e seus benefícios por uma pequena elite e a pobreza do serviço público de educação. Percebe-se pois, que as preocupações com a cultura estão próximas com as relações de poder, associadas às formas de dominação na sociedade, e sendo instrumentos de conhecimento ligados ao progresso social. (SANTOS, 1987)

Nas sociedades de classe, o controle e benefícios da cultura não pertencem a todos devido ao fato de que as relações nessas sociedades são marcadas por desigualdades profundas, de modo que a apropriação dessa produção comum beneficia os interesses dos que dominam o processo social. Conseqüentemente, a própria cultura apresenta marcas de desigualdade. Esse mesmo aspecto que ocorre no interior das sociedades contemporâneas acontece também na relação entre as sociedades. Pode-se constatar a presença de controle, apropriação e desigualdades no plano cultural, por isso as lutas para universalizar os benefícios da cultura são ao mesmo tempo lutas contra as relações de dominação que existem entre as sociedades contemporâneas, e contra as desigualdades básicas das relações sociais no interior das sociedades. (SANTOS, 1987)

6. VALOR CULTURAL DA LÍNGUA PORTUGUESA

Como explicado brevemente no capítulo anterior, a importância da cultura no cenário internacional surge a partir do conceito criado por Joseph Nye, o qual afirma sobre a familiarização da sociedade com o “*hard power*, que é capaz de mudar a opinião dos outros através do poderio militar e econômico. Porém, as vezes, pode-se alcançar seus objetivos sem incentivos ou ameaça, por meio da chamada “segunda face do poder”. Um país pode obter os resultados que ele quer na política mundial, porque outros países admiram os seus valores, imitam seu exemplo, aspiram ao seu nível de prosperidade e abertura. Esse “*soft power*” – poder brando - faz com que os outros queiram os resultados que você deseja, coopta as pessoas em vez de coagi-las¹¹.

A capacidade de estabelecer preferências tende a ser associada a ativos intangíveis, como uma atraente personalidade, cultura, valores, instituições políticas e as políticas que são vistas como legítimas ou possuem autoridade moral. *Soft power* utiliza um tipo diferente de moeda para engendrar a cooperação, usando uma atração por valores comuns, justiça e o dever de contribuir para a realização desses valores.¹²

O poder de cooptação é a capacidade de moldar o que os outros querem, podendo estar na atratividade de sua cultura e valores ou na capacidade de manipular a agenda de escolhas políticas de uma maneira que faz com que os outros não consigam expressar algumas preferências, por parecem ser muito irrealistas.¹³

11 Informações retiradas da Haward Business School. The Benefits of Soft Power. Joseph Nye, 2004. Disponível em: <http://hbswk.hbs.edu/archive/4290.html> último acesso em: 02/03/2012.

12 *Ibidem* 7

13 *Ibidem* 7

Este capítulo visa, portanto, analisar a importância nacional e internacional da cultura dos Estados, apontando para a questão linguística como fator primordial para a preservação e valorização dos elementos culturais característicos da identidade nacional, bem como para a expansão dos interesses nacionais para o cenário internacional.

6.1 Definindo o termo “cultura”

A perspectiva evolucionista da antropologia, fundamentada na antiga questão da grande diversidade cultural humana, baseava-se no raciocínio de reduzir as diferenças culturais. Para Morgan *apud* Celso Castro (2005), a humanidade havia sido uma só na origem, com uma mesma trajetória por canais diferentes. Essa escola foi muito criticada nas primeiras duas décadas do século XX por antropólogos que explicavam a questão da diversidade cultural através da ideia de difusão. Para essa corrente a existência de elementos culturais semelhantes em duas regiões afastadas geograficamente era explicada pelo fato de que deveria ter ocorrido a difusão de elementos culturais entre esses mesmos lugares por meio do comércio, da guerra ou de viagens.

De acordo com Bobbio *apud* Sobrinho (1997), cultura, em seu contexto nacional, é expressa por um conjunto de padrões, atitudes de comportamento, normas, crenças, de instituições além de outros valores, tanto materiais quanto espirituais, transmitidos de forma coletiva e que visa refletir a identidade e a coesão de uma Nação.

A cultura, no que diz respeito às relações internacionais, exprime o relacionamento entre os poderes culturais de uma nação com a circulação dos seus produtos culturais, por meio de atividades que envolvam a cooperação, organizações da sociedade civil e de indivíduos como também a diplomacia cultural. As relações culturais internacionais podem ser estabelecidas de duas maneiras: formais e informais. A primeira está relacionada com a prática de acordos oficiais entre Estados, por meio de ações diplomáticas e de cooperação cultural. As relações informais, por sua vez, são veiculadas por diversos setores através da mídia e até mesmo por relações individuais,

contanto que nestas relações haja, mesmo que implícita, a existência de circulação de informações e imagens. Sobrinho (1997, pág. 43) ainda completa, afirmando que

A interdependência mundial obriga o Estado a desenvolver continuamente um conhecimento empírico das relações culturais, o que se reflete na adoção de políticas culturais designadas “estratégias culturais nacionais”, com objetivos defensivos e/ou ofensivos, num processo de cooperação, de competição e de conflito.

A cultura constitui, portanto, o cerne das relações internacionais, transformando-se num fenômeno transnacional, quando o fator fundamental e reflexivo da identidade cultural, a língua, aprofunda a interdependência entre os povos através da comunicação e da interação entre as várias nações e suas culturas. A existência de um espaço multilíngue e multicultural, de acordo com Martins *apud* Sobrinho, depende da interação entre as línguas e as culturas - elementos essenciais à identidade cultural – de cada nacionalidade. (SOBRINHO, 1997)

6.2 A Língua Portuguesa e seu Valor Cultural

Tendo em vista a língua como um aspecto cultural não só de uma comunidade, mas também de um Estado, pode-se perceber a existência de uma grande diversidade de línguas, bem como de culturas. A língua portuguesa, como visto anteriormente, foi difundida pelos portugueses em diversos territórios, que mesmo durante a colonização, foram desenvolvendo uma cultura própria.

A língua é fator fundamental para o conhecimento aprofundado de uma cultura e, a cultura é fundamental para o prestígio de uma língua. Ambas, língua e cultura, são elementos essenciais à identidade nacional.

A partir do século XIII o Português espelha-se como língua de cultura para vir emprestando fluência melódica ao lirismo medieval,

robustecendo o florescimento da Renascença dignificada por Camões, sutilizando o teatro com Gil Vicente, alteando o vigor da oratória com Vieira, dando brilho ao estilo de Garret, Herculano, Camilo, Eça, Alencar, Machado de Assis, Olavo Bilac, Coelho Neto, Fernando Pessoa, para citar alguns exercitantes com projeção além-fronteira linguística. (DONATO *apud* SILVA, 1992, 1992, pág. 38)

A internacionalização da língua portuguesa constitui a principal forma de sua afirmação cultural no mundo dos povos que a escrevem e a falam, espalhados por diversos lugares continentais que dialogam entre si por meio dela. É atualmente uma das prioridades da política externa dos países lusófonos a utilização desse idioma como meio de comunicação e cooperação. (SILVA, 1992)

A Comunidade Lusófona, na década de 1980, apresentava um espaço formal de relacionamento cultural, a lusofonia, que significava o interesse comum dos sete países em expandir o idioma tanto internamente para os países africanos de língua portuguesa, cuja maioria da população não utilizava o português como veículo de comunicação no cotidiano, como internacionalmente nas organizações internacionais como língua de trabalho. (SOBRINHO, 1997)

A língua possui papel de conector, capaz de aproximar culturas. Ao transbordar para além da fronteira, uma língua comum se transforma numa língua transnacional. A participação de países de língua portuguesa em organismos internacionais como a ONU, exigiu uma política de ação capaz de reconhecer e oficializar o português como língua de trabalho e de cultura contribuindo com culturas diversificadas que possuem como meio de expressão a língua portuguesa. (SOBRINHO, 1997)

A ideia do acordo ortográfico teve sua primeira fase de discussões em 1902 entre Portugal e Brasil com a intenção de simplificar e unificar a língua portuguesa. Na década de 1980, ocorreu uma segunda discussão incluindo também os países africanos de língua portuguesa. O acordo objetivava diminuir a quantidade de ortografias de

forma a permitir a universalização da língua e facilitar sua adoção nos organismos internacionais. (SOBRINHO, 1997)

A língua portuguesa como instrumento cultural favorece o aparecimento de uma cultura comum representada através de um conjunto de normas, atitudes, crenças, partilhadas de uma forma geral pela comunidade linguística. A língua constitui, portanto, um instrumento de unidade, da afirmação da identidade cultural e do carácter independente das nações. (SOBRINHO,1997)

O português tem sua consolidação e expansão nos países africanos como uma estratégia, pois além de constituir um elemento de integração e unidade nacional, a língua portuguesa é o principal veículo para aquisição de conhecimentos e comunicação com o exterior. É o único idioma com expressão nacional, ou seja, nenhuma das diversas línguas africanas possui condições para implantação nacional. (SOBRINHO, 1997)

Os países africanos são considerados multilingues, ou seja, nos quais a língua étnica materna, também chamada de língua nacional ou africana, coexiste com a língua de comunicação nacional e internacional, o que constitui do ponto de vista prático uma segunda língua. A língua portuguesa é definida nos PALOP como língua oficial, capaz de integrar a nação e comunicar internacionalmente. Ocorre, porém, do português ter que competir com outras línguas internacionais como o inglês, o francês e o espanhol. Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe possuem ligações culturais com a França e, sua influência fronteiriça é em grande parte francófona. Moçambique é influenciado pelos britânicos enquanto Angola sofre influência britânica, francesa e espanhola. (SOBRINHO, 1997)

A língua, entendida como património essencial da cultura constitui o canal fundamental da comunicação e da cultura de um povo. (...) a importância das línguas nacionais na preservação e valorização dos elementos mais importantes da identidade cultural de um povo. (Sobrinho, 1997, pág. 60)

A existência do português como língua de comunicação nacional e internacional e como unidade de integração dos países africanos, bem como sinônimo de sua independência, não significa que exista uma perda das línguas nacionais. O idioma oficial é apenas um fator facilitador e integrador das regiões e das suas diversas culturas, através da comunicação com outros países e do acesso à informação e ao conhecimento.

Nos países de uma única língua, os valores, as tradições, as preferências e as aspirações são herdadas e capazes de serem compreendidas por todos os habitantes, dessa forma, compondo uma comunidade cultural distinta. É, pois, o meio ideal para o crescimento e a convivência das comunidades humanas. Todos os tipos e meios de comunicação fluem de forma fácil e ordenada entre pessoas e instituições que se entendem em uma mesma língua, principalmente quando é feito na língua materna, que possui um aglomerado comum de ideias e noções do universo linguístico. (SILVA, 1992)

Em países multilíngues existe uma cadeia de desafios e barreiras no âmbito da convivência, do comércio e do conhecimento das leis que acabam por se diluírem em interpretações e traduções. A adoção do idioma de um país colonizador como língua oficial de uma ex-colônia indica apenas a sua potencialidade como meio de comunicação dentro dos limites de suas fronteiras, não indicando que essa língua seja falada pela maioria de seus habitantes. Pelo contrário, existem diversos países em que a língua oficial é falada por minorias, sendo, na realidade, uma língua franca. (SILVA, 1992)

Em 1989, a criação do IILP tinha o propósito de coordenar a política cultural e linguística dos Sete Países, desenvolvendo suas relações culturais e promovendo a língua como instrumento de cultura, educação, informação e acesso ao conhecimento científico e tecnológico. Três anos depois foi criado o Instituto Camões (IC) com o objetivo de promover a difusão da língua e cultura através do desenvolvimento de

programas, ou seja, havia uma identidade entre os interesses de ambas organizações. (SOBRINHO, 1989)

A união de Portugal com os outros países de língua portuguesa potencializa seu papel nas relações internacionais uma vez que como antigo colonizador, é o responsável pela ponte entre povos e culturas diferentes. Portugal alcança, dessa forma, um poder funcional maior nas relações internacionais uma vez que aumenta seu espaço geográfico de influência. (SOBRINHO, 1997)

A CPLP como espaço de cooperação cultural abrange várias dimensões como a área educacional, artística, literária, tecnológica e científica. O conceito de cooperação para o desenvolvimento, no âmbito social e cultural, está relacionado às ações de valorização dos recursos humanos e a promover as identidades culturais, a comunicação e a solidariedade entre os povos. Esse tipo de cooperação vigora principalmente na relação de Brasil e Portugal com os países africanos. (SOBRINHO, 1997)

O IC promove diversos programas acadêmicos e formativos para os PALOP de forma a promover a excelência da língua portuguesa como língua de ensino, comunicação, investigação e ciência. Sendo esse idioma transversal a todo o sistema educativo dos PALOP, a otimização das competências linguísticas no sistema estudantil mostra-se como uma questão de extrema necessidade. Outro aspecto do programa é a formação contínua de professores, de tradutores e de parlamentares, possuindo cerca de 18 centros de língua portuguesa.¹⁴

O português é uma língua que possui grande acervo de documentos. Em abril de 1991, era estimado em 6.400.000 o número de publicações existentes em língua portuguesa,

14 Informações retiradas do Instituto Camões. Disponível em: <http://www.instituto-camoes.pt/encarte-jl/1751-o-instituto-camoes-e-o-ensino-do-portugues-nos-palop> último acesso em: 16/01/2012.

utilizando como base o acervo da Biblioteca Nacional no Brasil e o do Real Gabinete Português de Literatura, ambos localizados no Rio de Janeiro. O número de publicações contam a partir do primeiro documento conhecido em língua portuguesa que é datado de 1214, o Testamento de D. Afonso II. O número de vocábulos em língua portuguesa em 1981, de acordo com o Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa contava com 351.720 vocábulos. (SILVA, 1992) Nos últimos 20 a 30 anos a contar da data desses estudos é de se estimar que os números sejam ainda maiores com o crescente aumento do índice de desenvolvimento humano nos países africanos, bem como com a queda da taxa de analfabetos, o aumento do acesso à informação e ao conhecimento, o número de produções deve ter crescido consideravelmente, assim como o número de vocábulos que aumentou com as inovações tecnológicas e a entrada de novas terminologias para designá-las.

A Coleção Unesco de Obras Representativas e a Biblioteca Unesco da poesia mundial incluem diversos autores lusófonos. A Unesco também conta com alguns periódicos publicados em língua portuguesa.

A língua é a personalidade de um povo. ‘A língua é minha pátria’ já dizia Camões. Não são apenas simples palavras que estão sendo aprendidas, faladas, escritas e difundidas, mas toda uma conjuntura cultural, uma história e uma soberania representadas por uma língua comum, que deixam de ser ameaçadas de extinção ou de dominação quanto mais se afirma e reafirme esta mesma língua. (SILVA, 1992, pág. 53)

Mesmo com diferenças culturais grandes entre os países de língua oficial portuguesa, a língua foi um aspecto que se manteve semelhante dentre os países colonizados e o colonizador. É a partir desse aspecto cultural comum que surge a CPLP, esta que visa o respeito pela identidade nacional de cada Estado-membro, primando aspectos políticos como a democracia, o Estado de Direito e a Justiça Social, fazendo com que a língua adquira um valor político para os membros da Comunidade e que pretenda essa afirmação no cenário internacional.

É de acordo com esse pensamento de língua como poder cultural e como poder político que se pode pensar na teoria do multiculturalismo de Charles Taylor. Taylor em seu livro *O multiculturalismo e a política do reconhecimento* (1993) defende o contexto multicultural baseado na política legítima de reconhecimento público das diferenças, no âmbito das instituições públicas, justificando, assim, a manutenção das comunidades culturais existentes nas sociedades multiculturais por se vincularem à formação das identidades humanas, assim como à conceder os direitos especiais aos grupos culturais específicos. Dessa forma, uma ideia de cidadania que visa o bem-estar dos diferentes grupos, conjugado aos direitos fundamentais, que levam em consideração as particularidades culturais dos grupos, sendo exercido no que diz respeito aos limites ideológicos e territoriais do Estado.

A CPLP surge com o ideal liberal que Taylor (1993, pág. 89) propõe visando preservar o multiculturalismo:

Uma sociedade com objetivos coletivos fortes pode ser liberal, segundo esta perspectiva, desde que seja capaz de respeitar a diversidade, em especial, quando considera aqueles que não compartilham dos objetivos comuns, e desde que possa proporcionar garantias adequadas para os direitos fundamentais. Concretizar todos estes objetivos irá provocar, sem dúvida, tensões e dificuldades, mas não é nada de impossível, e os problemas não são, em princípio, maiores do que aqueles que qualquer sociedade liberal encontra quando tem de combinar, por exemplo, liberdades com igualdades ou prosperidade com justiça.

A proposta de Charles Taylor prevê a importância do reconhecimento público das diferenças pelas instituições públicas, em conformidade com a afirmação de direitos fundamentais e direitos coletivos, visando proteger os grupos culturais. É importante o reconhecimento destes contextos culturais, pois possibilitam que se forme, em seus espaços, identidades individuais e grupais, mostrando as culturas e valores por eles mesmos. A noção de cidadania, embora vise uma prática participativa e dialógica buscando uma igualdade real, ela não especifica os tipos de direitos necessários para garantir a sobrevivência identitária dos grupos.

No que tange à cultura - no caso estudado a um aspecto cultural: língua - esta apresenta um valor grande diante de suas próprias especificidades, principalmente como condição para a formação das identidades humanas. Entretanto, os indivíduos que estão no interior dessas culturas não possuem espaço para se perguntar pelas razões que justificam as ideias e as práticas compartilhadas.

A CPLP cria esse espaço para os países de língua portuguesa se desmistificarem no que se refere ao estudo da língua e das suas políticas de ensino, afirmação, difusão e promoção. Promove um espaço além-fronteiras onde os Estados-membros criam uma comunidade onde partilham suas ideias e respeitam os territórios e ideologias não apenas dos outros países participantes mas também de países terceiros à comunidade.

7. A LÍNGUA PORTUGUESA E A SUA PRESENÇA EM ORGANISMOS INTERNACIONAIS

Para determinar uma língua como oficial várias observações políticas são implicadas, como o objetivo de unificação de um território que é desmembrado étnica e culturalmente. Da mesma forma que unifica, a língua oficial é também fator de exclusão e marginalização. Além de controlar a população e centralizar a política, a escolha de uma língua oficial impede a atuação política de quem não a fala ou a escreve, sendo por meio dela que se realizam as relações com as instituições do Estado. (FERNANDES, 2010)

Nos países da África nos quais a maioria dos habitantes não fala a língua oficial ou a tem apenas como segunda língua, grande parte da população não é ativa politicamente. Há também perda de traços culturais, pois a língua é transmissora de cultura e, conseqüentemente da identidade de um povo. A criação da língua oficial força, muitas vezes, uma substituição de culturas. (FERNANDES, 2010)

A língua nacional, por sua vez, representa a unidade das características identitárias de um território. Refletindo, dessa forma, uma herança étnico-cultural, e representando uma consciência nacional, pode representar a língua de expressão literária autônoma do país, sendo estes escritos em tal língua espontaneamente, sem que ela fosse determinada por qualquer órgão ou sob qualquer circunstância. (FERNANDES, 2010)

Uma nação pode ter diversas línguas nacionais, porém, possui apenas uma língua oficial. Em sua grande parte, a língua nacional é a língua materna do indivíduo, aquela de quando ele aprende a falar, a língua oficial pode, então, não ser a materna, necessariamente. Há, em alguns países, línguas nacionais que coincidem com as línguas oficiais, como no caso do português em Portugal. (FERNANDES, 2010)

De acordo com uma pesquisa do instituto americano de pesquisa sobre as línguas no mundo *Ethnologue: Languages of the World* em 2009 o português, com 178 milhões de falantes e presente em 37 países, encontrava-se como a sétima língua mais falada no mundo. Antecede-o apenas o chinês com 1 213 milhões de falantes em 31 países no mundo, o espanhol presente em 44 países e falado por 329 milhões de pessoas, o inglês com 328 milhões de falantes e presente em 112 países, o árabe falado por 221 milhões de pessoas e presente em 55 países, o hindu com 182 milhões de falantes e presente em 20 países e o bengali falado por 181 milhões de pessoas em 10 países. Na lista das dez línguas mais faladas encontra-se o russo na oitava posição, o japonês na nona e o alemão na décima posição. (LEWIS, 2009)

Para uma melhor visualização os dados foram organizados em tabela até a língua portuguesa.

Tabela 1: Línguas mais faladas do mundo.

Posição	Língua	Número de Países	Falantes / Milhões
1	Chinês	31	1213
2	Espanhol	44	329
3	Inglês	112	328
4	Árabe	57	221
5	Hindu	20	182
6	Bengali	10	181
7	Português	37	178

Fonte dos dados: Lewis, 2009

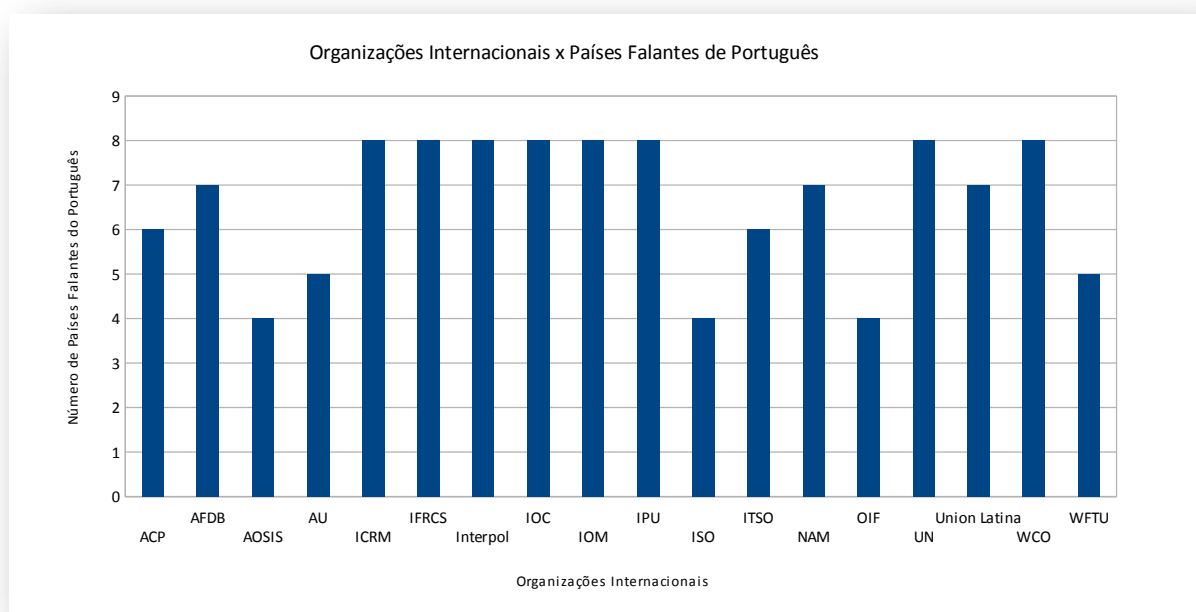
De acordo com a Lewis (2009), a língua portuguesa, portanto, é falada em 37 países apresentando uma maior presença no Brasil com cerca de 163 milhões de falantes, em Portugal com aproximadamente 11 milhões e na França com 750 mil falantes. Dado esse que poderia ser considerado desatualizado, uma vez que, de acordo com o censo do IBGE de 2010, o Brasil apresenta uma população de cerca de 190 milhões de habitantes. Fato, este, que colocaria a língua portuguesa como a quinta mais falada no mundo. Porém, alguns países ainda não tiveram seus censos realizados após a coletânea de dados para a criação desta tabela, tomando como base que houve um crescimento regular populacional em todos os países, considerar-se-á a tabela acima para este estudo.

Levando em consideração a significativa população mundial falante do português, para este estudo foi elaborada uma relação de organizações nas quais os países falantes do português possuem algum tipo de participação.

O gráfico abaixo mostra as organizações internacionais que possuem pelo menos a metade dos países membros da CPLP com algum vínculo de membresia. São dezoito organismos internacionais com propósitos diversos e com diferentes graus de visibilidade no cenário internacional.

Para a elaboração do gráfico abaixo foram selecionadas as organizações internacionais que possuem pelo menos quatro países de língua oficial portuguesa entre seus membros.

Gráfico 1: Organizações Internacionais x Países Falantes de Português.



Fonte: Gráfico elaborado a partir do “Anexo 1”.

A ONU possui 191 países membros e assume seis línguas de trabalho sendo elas o inglês, o espanhol, o chinês, o árabe, o francês e o russo. Vale-se lembrar que por língua de trabalho entende-se que todos os documentos produzidos pela organização devem ser traduzidos nos idiomas de trabalho. A estrutura da ONU é composta por seis órgãos principais: a Assembleia Geral, o Conselho de Segurança, o Conselho Econômico e Social, o Conselho de Tutela, a Corte Internacional de Justiça e o Secretariado.

O Conselho de Segurança das Nações Unidas é o órgão que possui a responsabilidade sobre a segurança mundial. Os conflitos e crises políticas são tratados pelo conselho, para que haja qualquer tipo de intervenções, sejam elas militares ou mesmo missões de paz. Dentre os membros permanentes do Conselho de Segurança estão a República Popular da China, a República Francesa, a Federação Russa, o Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte e os Estados Unidos da América, estes possuem direito de veto. Este Conselho atua sempre com 15 membros, 5 permanentes e 10 que são eleitos de dois em dois anos. (ONU, 2010)

Pode-se notar que as línguas de trabalho da ONU são as línguas dos países que fizeram as propostas iniciais para a sua criação em 1944 como citado anteriormente em Formação das Instituições e o Contexto Internacional, sendo todos esses membros transpostos para o Conselho de Segurança com exceção da União Soviética que se dissolveu e hoje faz parte do Conselho a Federação Russa. Portanto, as três línguas que começaram a ONU de acordo com a comissão de 1944 seriam o russo, o chinês e o inglês. A língua francesa pode ser justificada pela presença da República Francesa no Conselho de Segurança, uma vez que, segundo a *Ethnologue* a língua francesa não se encontra dentre as dez mais faladas no mundo. O árabe e o espanhol podem ter sua presença explicada devido ao grande número de falantes dessas línguas e suas presenças em diversos países, sendo, de acordo com o instituto americano, o espanhol a segunda língua mais falada no mundo e presente em 44 países e o árabe a quarta língua e presente em 55 países.

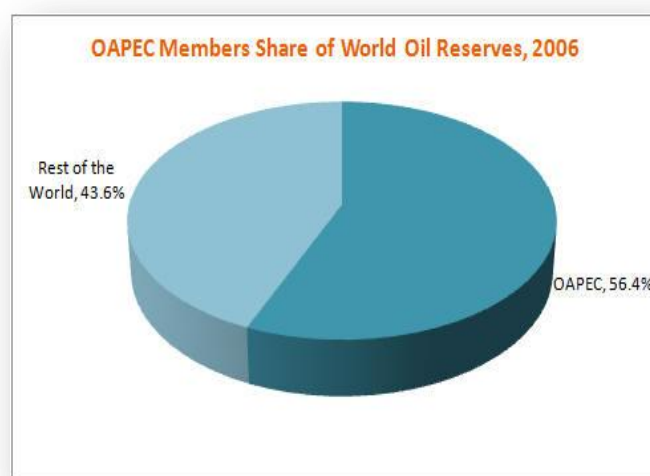
A presença das línguas de trabalho na ONU foram selecionadas de acordo com a importância / função política que o Estado que a tem como idioma oficial possui nas Nações Unidas, ou seja, possui um valor extremamente político. Nota-se portanto que os cinco membros permanentes do Conselho de Segurança possuem suas línguas como línguas de trabalho. O espanhol e o árabe, por sua vez não entraram como importância política dos seus países falantes, mas como forma de expansão da documentação produzida pela ONU uma vez que estes idiomas estão entre os cinco mais falados no mundo.

Deve-se refletir também sobre o poder econômico da língua, quando tem-se entre os países árabes a OAPEC - Organização dos Países Árabes Exportadores de Petróleo, sendo este bem essencial para as indústrias norte-americanas e europeias e, portanto, seria de grande valor dar voz a estes países.

De acordo com o gráfico¹⁵ ao lado, retirado do *site* da OAPEC, pode-se notar a predominância dos países de língua árabe sobre as reservas de petróleo mundiais.

Gráfico 2: Gráfico representativo das Partes integrantes da OAPEC nas reservas de petróleo do mundo – 2006.

Fonte: OAPEC¹⁶



A UNESCO, enquanto agência da ONU, possui exatamente as mesmas línguas oficiais da ONU, porém das seis línguas oficiais, somente o inglês e o francês são consideradas

15 Retirado de: <http://www.oapec.org/en/statistics.htm>

16 *Ibidem* 15

pela UNESCO línguas de trabalho. Os países que inicialmente lideravam a luta contra o nazismo eram a França e o Reino Unido que faziam parte dos Aliados, durante o período da Segunda Guerra Mundial. Foram os Aliados que organizaram a primeira CMAE que levou posteriormente à criação da UNESCO. Pode-se discutir que as línguas de trabalho tenham sido instituídas a partir deste momento, uma vez que os Aliados que venceram a guerra, portanto possuíam poder de influência sobre os demais países. Vale também lembrar que a sede da UNESCO localiza-se em Paris, na França, desde 1947, sendo desde a sua criação localizada em território francês. (UNESCO, 2012)

As línguas de trabalho na UNESCO podem justificar-se pelo seu contexto histórico, baseado em razões políticas e econômicas. É importante ressaltar também que tem grande influência para a escolha da língua de trabalho o país sede da organização. As demais línguas oficiais encontram-se todas dentro do quadro das dez línguas mais faladas no mundo, porém o russo está em oitavo lugar sendo antecedido pelo português, o hindu e o bengali que apresentam maior número de falantes. A escolha do russo deve ser compreendida a partir do fato que a UNESCO é uma agência da ONU, possuindo relações estreitas desde seu surgimento e, portanto, sofreu influências que podem ter gerado escolhas semelhantes ou mesmo terem apenas homogeneizado as línguas para uma melhor compreensão universal.

O grupo ACP (African, Caribbean, and Pacific Group of States), fundada em 1975, apesar de possuir as opções de português, francês, inglês e espanhol no site, só funcionam as páginas em inglês e francês. Um e-mail questionando a presença da língua portuguesa foi encaminhado à organização e obteve a resposta que esta é língua não oficial da organização ¹⁷.

Dentre os objetivos desta organização estão o desenvolvimento sustentável de seus membros e a sua gradual integração na economia mundial, reduzindo a pobreza e estabelecendo um mundo mais igualitário. Consolidar uma unidade e solidariedade

¹⁷ Informação disponível em: <http://www.acp.int> Acessado em 08/2012

entre os membros da organização entendendo suas populações, bem como estabelecer a paz e a estabilidade em uma sociedade democrática¹⁸.

Os países de língua portuguesa que pertencem a esta instituição são: Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor Leste. Por mais que dos oito membros da CPLP estejam presentes grande parte, os países de melhor economia e com maior poder político, Portugal e Brasil, não fazem parte da organização, podendo ser uma das causas para a não presença do português como língua de trabalho nesta organização.

A AfDB (African Development Bank Group), teve suas operações iniciadas em 1º de julho de 1966. Seu principal papel é contribuir para o progresso social e econômico dos seus membros regionais individualmente e coletivamente. A organização possui 77 Estados membros, sendo destes, 53 países africanos independentes, considerados membros regionais e 24 países não-africanos, considerados membros não-regionais¹⁹.

As línguas faladas dentro desta organização são o inglês e o francês, provavelmente porque no período de sua criação os países africanos que são falantes do português ainda eram colônia portuguesa, enquanto os países fundadores tinham adquirido sua independência das metrópoles francesa e inglesa no início da década de 1960. Seus membros que pertencem também à CPLP são: Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Portugal.

A AU (African Union), tem como objetivo ser uma instituição eficiente e de valor agregável, dirigindo a integração Africana e o processo de desenvolvimento com colaboração do Estados-membros. As línguas faladas na organização são o inglês,

18 *Ibidem* 17

19 Informação disponível em: <http://www.afdb.org> Acessado em: 08/2012

francês e árabe, e os Estados-membros que falam oficialmente o português são: Angola, Cabo Verde, Moçambique e São Tomé e Príncipe²⁰.

O ICRM (The Institute of Certified Records Managers) é uma organização internacional de certificação e de registros profissionais e gestores de informação. Possui como língua de trabalho o inglês e todos os membros da CPLP fazem parte desta organização²¹.

O IFRC (International Federation of Red Cross and Red Crescent Societies), é a maior organização humanitária do mundo, providencia assistência sem discriminação com nacionalidade, raça, crenças religiosas, classe ou opinião política. Foi fundada em 1919 e possui 187 membros, possui seu secretariado em Geneve e sessenta delegações localizadas estrategicamente para dar suporte às atividades pelo mundo. Tem como objetivo inspirar, encorajar, facilitar e promover todas as formas de atividade humanitária, para prevenir e aliviar o sofrimento humano além de contribuir para a manutenção e promoção da dignidade humana e da paz no mundo. As línguas de trabalho desta organização são o inglês, francês, espanhol e árabe. Todos os países pertencentes à CPLP também fazem parte do IFRC²².

A Interpol (International Criminal Police Organization) é a maior organização internacional de polícia do mundo, com 190 Estados-membros. Possui como papel permitir que as polícias de todo o mundo trabalhem juntas para tornar o mundo mais seguro. As línguas oficiais desta organização são o inglês, francês, espanhol e árabe. Todos os membros da CPLP também fazem parte dessa organização²³.

20 Informação disponível em: <http://www.au.int> Acessado em: 08/2012

21 Informação disponível em: <http://www.icrm.org/> Acessado em: 08/2012

22 Informação disponível em: <http://www.ifrc.org/> Acessado em: 08/2012

23 Informação disponível em: <http://www.interpol.int/> Acessado em: 08/2012

IOC (The International Olympic Committee) é a autoridade suprema do movimento olímpico, possui um grande leque de programas e projetos e promove os valores olímpicos. As línguas oficiais são o francês e o inglês e todos os membros da CPLP fazem parte desta organização ²⁴.

A IOM (International Organization for Migration), fundada em 1951 é a organização intergovernamental líder no campo de migrações e trabalho. Possui 146 Estados membros, 13 Estados com *status* de observador e mais de 100 países com escritórios. A IOM tem como objetivo promover a migração humana para beneficiar a todos, providenciando conselhos para governos e migrantes. Todos os membros da CPLP pertencem a esta organização. As línguas oficiais são o inglês, francês e espanhol ²⁵.

A IPU (Inter-Parliamentary Union) foi estabelecida em 1889 e tem como foco o diálogo mundial parlamentar, trabalhando para a paz e a cooperação entre pessoas para o estabelecimento da democracia representativa. As línguas oficiais na organização são o inglês e francês. Todos os membros da CPLP fazem parte desta organização ²⁶.

A ISO (International Organization for Standardization), fundada em 1947 é a maior desenvolvedora voluntária de normatizações internacionais. Estas dão especificações sobre os produtos e serviços, ajudando a indústria a ser mais efetiva e mais eficiente, quebrando algumas barreiras para o comércio internacional. As línguas de trabalho desta organização são o inglês, francês e russo. São quatro os países de língua oficial portuguesa que fazem parte desta organização, sendo eles: Angola, Brasil, Moçambique e Portugal ²⁷.

24 Informação disponível em: <http://www.ioc.org/> Acessado em: 08/2012

25 Informação disponível em: <http://www.iom.int/> Acessado em: 08/2012

26 Informação disponível em: <http://www.ipu.org/> Acessado em: 08/2012

27 Informação disponível em: <http://www.iso.org/> Acessado em: 08/2012

A ITSO (International Telecommunications Satellite Organization), antigamente conhecida como "INTELSAT" estabelece que a comunicação por meio de satélites deve estar disponível para as nações do mundo, assim que for praticável, com princípio não-discriminatório. As línguas desta organização são o inglês, o francês e o espanhol. Seis são os países da CPLP que fazem parte desta organização, são eles: Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e Portugal ²⁸.

A AOSIS (The Alliance of Small Island States) é uma coalizão entre pequenas ilhas e países costeiros de baixa altitude que possuem desafios de desenvolvimento similares e preocupações com o meio ambiente, principalmente, no que tange à vulnerabilidade das adversidades causadas pela mudança de clima global. A AOSIS possui 42 membros entre efetivos e observadores, localizados em todos os oceanos e regiões do mundo: África, Caribe, Oceano Índico, Mediterrâneo e Pacífico. A língua oficial na AOSIS é o inglês e os países de língua portuguesa que pertencem a essa organização são: Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste, países com pouca expressividade no cenário internacional ²⁹.

O NAM (The Non-Aligned Movement) é o grupo de Estados que se consideram formalmente não-alinhados a favor ou contra qualquer grande potência. Em 2012, o movimento possui 120 membros e 21 países observadores. A organização foi fundada em 1961, por Estados que acreditavam que existia um caminho do meio entre os blocos oriental e ocidental no período da Guerra Fria. A língua oficial é o inglês e, dentre os países de língua portuguesa, o Brasil é hoje membro observador e Portugal não faz parte da organização, os outros países da CPLP são membros efetivos ³⁰.

28 Informação disponível em: <http://www.itso.int/> Acessado em: 08/2012

29 Informação disponível em: <http://aosis.org/> Acessado em: 08/2012

30 Informação disponível em: <http://www.nam.gov.za/> Acessado em: 08/2012

A OIF (Organização Internacional da Francofonia) possui como língua oficial o inglês, o português, o espanhol e o árabe. Foi criada em 1970, e tem como objetivo a uma solidariedade ativa entre os 70 Estados e governos que a compõem (sendo 56 membros e 14 observadores) – seus membros correspondem a mais de um terço dos Estados membros das Nações Unidas – o que totaliza uma população de cerca de 870 milhões de pessoas, dos quais 200 milhões são francófonas. Fazem parte da organização Cabo Verde, Moçambique, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe, dentre os países da CPLP. A OIF para beneficiar as populações francófonas, implementa ações políticas e de cooperação multilateral. “A sua atuação está submetida ao respeito pela diversidade cultural e linguística e ao serviço da promoção da língua francesa, da paz e do desenvolvimento durável”³¹.

A União Latina possui como línguas oficiais o português, o catalão, o romeno, o espanhol, o italiano e o francês. Possui como objetivo é dar “uma expressão visível e um conteúdo concreto à solidariedade que deve unir os membros da família latina, assim como fortalecer os seus intercâmbios com os Estados não membros”³².

Promove as línguas e culturas latinas, como também a valorização da herança comum. A organização foi fundada em 1954 e reúne 36 Estados-membros, consagrando-se à promoção da diversidade cultural e multilinguismo. Todos os países da CPLP, com exceção de Angola, pertencem a essa organização³³.

A WCO (World Customs Organization) é a única organização intergovernamental com foco exclusivo em questões aduaneiras. É particularmente conhecida por seu trabalho em áreas que abrangem o desenvolvimento de padrões globais, a simplificação e harmonização dos procedimentos aduaneiros, o comércio, a segurança da cadeia de

31 Informação disponível em: <http://www.francophonie.org/> Acessado em: 08/2012

32 Informação disponível em: <http://www.unilat.org/> Acessado em: 08/2012

33 *Ibidem* 32

abastecimento, a facilitação do comércio internacional, o reforço da Alfândega e atividades de conformidade, iniciativas anti-falsificação e pirataria, parcerias público-privadas, a promoção da integridade e sustentabilidade global aduaneira programas de capacitação. Também mantém o sistema de nomenclatura das mercadorias, e administra os aspectos técnicos dos acordos da OMC sobre Valoração Aduaneira e Regras de Origem. As línguas oficiais são o inglês e o francês e todos os membros da CPLP fazem também parte dessa organização ³⁴.

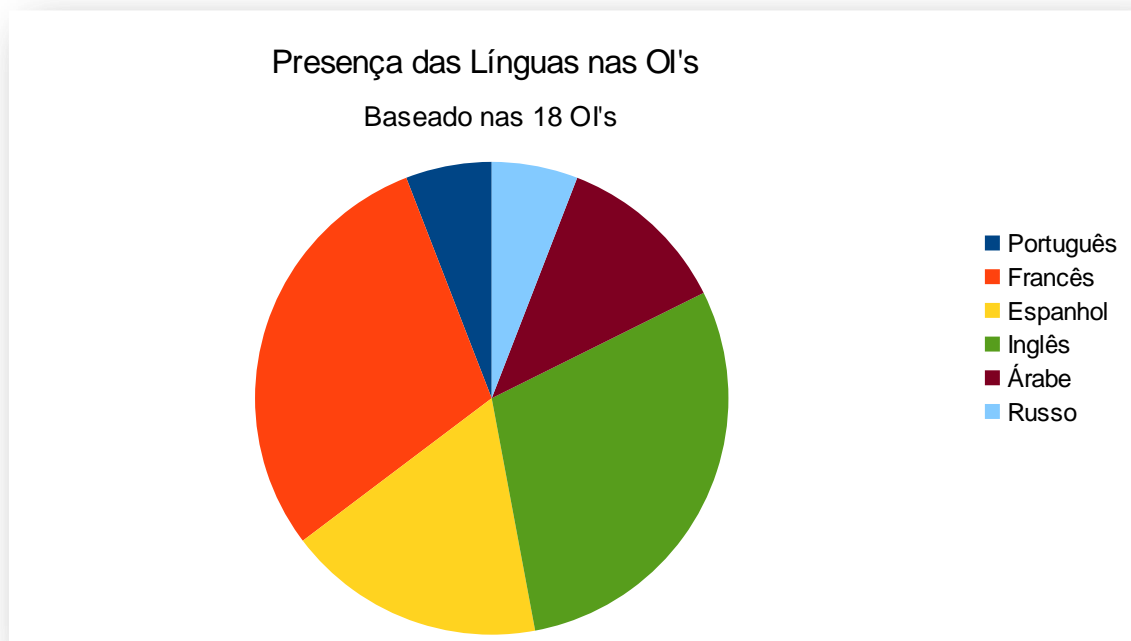
A WFTU (World Federation of Trade Unions) possui como línguas oficiais o inglês, o espanhol, o francês, o português, o árabe e o russo. Foi fundada em Paris no dia 3 de outubro de 1945, durante o Primeiro Congresso Mundial Sindical, no qual participaram delegados que representaram 67 milhões de trabalhadores de 56 organizações nacionais, 55 países e 20 organizações internacionais. Dentre os países da CPLP, não participam Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste ³⁵.

Com base nessas dezoito organizações, foi elaborado um gráfico para representar a influência das línguas em organizações que possuem uma quantidade significativa de países falantes do português em sua composição.

34 Informação disponível em: <http://www.wcoomd.org/home.htm> Acessado em: 08/2012

35 Informação disponível em: <http://www.wftucentral.org/?!language=en> Acessado em: 08/2012

Gráfico 3: Presença das Línguas em Organizações Internacionais.



Fonte: Gráfico elaborado a partir do “Gráfico 1” e das informações retiradas dos *sites* de cada organização.

Percebe-se que o inglês empata com o francês como as principais línguas nas organizações que apresentam grande número de falantes de português. Em seguida, no segundo lugar está o espanhol. O português encontra-se após o árabe, na quinta posição empatado com o russo dentre as línguas mais faladas dentro dessas organizações.

8. ESTRATÉGIAS DE IMPLANTAÇÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA EM ORGANISMOS INTERNACIONAIS E A POLÍTICA DA LÍNGUA

O período que vai de 2005 a 2014 foi declarado pela Organização das Nações Unidas (ONU) a Década para a Educação e o Desenvolvimento Sustentável, a CPLP em 2006 começou a implantar um programa para a promoção e difusão da língua portuguesa, sendo este um dos objetivos gerais que está estabelecido nos Estatutos da Comunidade. O programa iniciou institucionalizando o dia da CPLP nas escolas dos Estados-membros, além de geminar um projeto escolar que visa a regular correspondência entre os alunos. No aspecto da promoção da língua o Secretariado Executivo da CPLP pretende encaixar o Instituto Internacional de Língua Portuguesa (IILP) na dimensão adequada em que deve atuar. (CPLP, 2010)

Em 31 de março de 2010 o Conselho de Ministros da CPLP, para cumprir com as decisões contidas na “Declaração Sobre a Língua Portuguesa”, reuniu-se em Brasília para a elaboração do Plano de Ação para a promoção, difusão e projeção da língua portuguesa. O primeiro ponto colocado no plano foi também o ponto que mais interessa a este estudo e sendo designado: Estratégias de implantação da língua portuguesa nas organizações internacionais.

O plano começa por afirmar que o português é a sexta língua mais falada no mundo e que os países membros da CPLP contribuem significativamente para organismos internacionais uma vez que participam ativamente em instâncias internacionais de manutenção da paz e em operações humanitárias. Há por parte da CPLP uma expectativa de que o português ocupe uma posição equivalente à sua importância no contexto mundial.

A língua portuguesa é utilizada em mais de 20 organismos internacionais como língua oficial de trabalho ou de documentação. Para a CPLP é através dessa presença internacional que a língua contribui para sua afirmação no plano global, sendo assim

sublinham a introdução do português em organizações internacionais e a necessidade de “coordenar esforços na formação de tradutores e intérpretes, bem como na implementação de tecnologias da informação e da comunicação ao serviço da tradução e interpretação”. (Plano de Ação)

A partir dos pressupostos acima estabelecem-se oito linhas de ações:

1. Considerar as medidas para a possível introdução da língua portuguesa como língua de documentação das Nações Unidas, através da publicação sistemática de documentos da Assembleia Geral e do Conselho de Segurança e da introdução de tradutores no âmbito do Secretariado das Nações Unidas.

Neste primeiro aspecto a CPLP lembra também a questão do custo benefício que a tradução de toda a documentação juntamente com a formação de um corpo de tradutores especializados deve ser ainda avaliado, para em seguida considerar as possíveis medidas. Segundo o Plano os custos serão financiados pelos Estados-membros da CPLP.

É importante ressaltar que apenas Brasil e Portugal dentre os membros da CPLP são países com economia mais forte e que realmente poderiam viabilizar renda para este tipo de financiamento. Os demais países pertencentes à CPLP possuem problemas econômicos e, portanto, deveriam primeiro tratar de seu próprio território, a financiar um projeto internacional. O Timor-Leste, por exemplo, possui apenas 8 anos como país independente e, em 2003 possuía cerca de 43%³⁶ da sua população abaixo da linha de pobreza.

36 Informação retirada de: <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/tt.html#Econ>

2. Dar continuidade à iniciativa de adoção da língua portuguesa como língua de trabalho na Conferência Geral da UNESCO (United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization - Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura) dessa forma podendo assegurar diversidade cultural e multilinguismo.

3. “Promover gradualmente a tradução para o português dos portais virtuais das Nações Unidas, com prioridade para o sítio principal e para aqueles cujo conteúdo tem maior impacto para a cidadania nos países da CPLP (direitos humanos, UNICEF, questões sociais, OMS, etc.)”. Dar apoio à Seção de Língua Portuguesa da Rádio das Nações Unidas e ao Departamento de Informações.

A definição de como será realizado o financiamento e a coordenação deste ponto ficará a cargo das Missões Permanentes dos Estados Membros da CPLP nas cidades-sede onde estão localizados os organismos das Nações Unidas nos quais pretende atuar.

4. “Promover a formação especializada de tradutores e intérpretes para atuação em organismos internacionais”.

5. Criar mecanismos de coordenação entre os países membros da CPLP para contratar serviços de interpretação para eventos de alto nível como Assembleia Geral das Nações Unidas, UNESCO, OIT, entre outros

6. Assegurar a utilização do português de forma efetiva nos organismos internacionais em que já é língua oficial ou de trabalho.

Com isto pretendem utilizar mais o português como língua de documentação, publicando artigos em língua portuguesa, bem como utilizando-a como língua de

trabalho para intervenções em debates. Neste ponto também é focado o controle de qualidade dos textos elaborados ou traduzidos para o português.

7. Apoiar candidaturas de nacionais dos países membros da CPLP ou de nacionais de Estados que dominem a língua portuguesa para organismos internacionais. Incentivar também as carreiras de jovens profissionais dos Estados membros ou de Estados que tenham domínio da língua portuguesa em secretariados de organismos internacionais.

Para este tópico torna-se indiferente se as candidaturas são para missões temporárias ou permanentes, o foco é que consigam divulgar a potencialidade dos Estados-membros de língua portuguesa e desta forma, alcançar um nível de divulgação do português. A CPLP releva neste tópico ainda a importância em se manter e promover a igualdade de gêneros.

8. “Instruir o Secretariado da CPLP a retomar os contatos com a Comissão da União Africana com vistas a desenvolver projetos que contribuam para o reforço da presença do português naquela organização”.

Dentro deste aspecto, traduzir os conteúdos do *web site* da União Africana para o português assim como considerar o português como idioma em outras organizações internacionais africanas.

O Plano de Ação para a promoção, difusão e projeção da língua portuguesa possui estratégias interessantes e viáveis para alcançar os organismos internacionais, porém deve levar em conta a viabilidade financeira do projeto e a forma como se dará o financiamento dos investimentos e das medidas necessárias para a conclusão com sucesso do objetivo.

Para Maria Helena Mira Mateus existe uma tripla natureza de difusão que uma língua pode apresentar, descritas da seguinte maneira: “1) A língua como forma de construção da pessoa e de comunicação quotidiana do indivíduo, como língua materna. 2) A língua como veículo de escolarização de comunidades que a utilizam como língua segunda. 3) A língua como referência sócio-política e cultural nos espaços em que é língua estrangeira”.

No que diz respeito ao primeiro ponto tratado por Mateus, a autora explica ser esse o objetivo do ensino escolar da língua materna, com intuito de fazer com que os estudantes atinjam um maior conhecimento e domínio na utilização da língua. Esse maior conhecimento da própria língua é capaz de diminuir a discriminação social e proporcionar as condições básicas de acesso de todos os elementos da sociedade às estruturas de poder.

No que diz respeito ao segundo ponto, a língua como veículo de escolarização que a utilizam como língua segunda, depende da opção política do governo do Estado que a adota, e portanto, está extremamente relacionado ao ponto três - a língua como referência sócio-política e cultural nos espaços em que é língua estrangeira – pois é a partir dessa referência que os governos escolherão se as escolas locais devem ou não adotar determinada língua para o ensino de um segundo idioma.

Mateus oferece então uma proposta de política da língua para Portugal desenvolver juntamente com os países africanos de língua oficial portuguesa. Esta proposta, a meu ver, poder ser compreendida para todo o âmbito da CPLP e não apenas restritiva a alguns países. A proposta sugerida por Mateus implica em um reconhecimento da diversidade cultural entre todos os países africanos; o desenvolvimento de uma investigação sobre as línguas nacionais africanas, a coordenação das ações de cooperação entre as diversas instituições portuguesas intervenientes, a consciência de que as ex-colônias têm fortes relações com países que falam outras línguas o que não significa que eles abandonem o Português, nem deve levar a considerar com menos empenho o ensino do Português nesses países.

Dentre os objetivos de uma política para o português, Mateus complementa que esta fortalece o português como língua de comunicação internacional, reforça a cooperação entre os países falantes do português em um espaço multicultural e multilíngue, e corrobora com a formação de profissionais para o ensino do português.

Portanto é com base numa boa realização do primeiro ponto (“a língua como forma de construção da pessoa e de comunicação cotidiana do indivíduo, como língua materna”) que se podem alcançar com sucesso os demais para a difusão de uma língua. Ou seja, para a conclusão do plano de ação da CPLP, é preciso também um investimento no próprio território e nos territórios de seus membros para que consigam alcançar uma maior difusão.

9. CONCLUSÕES

Nota-se que o pensamento teórico do institucionalismo neoliberal de Keohane entra em acordo com o multiculturalismo de Taylor. Enquanto um promove a criação de instituições que promovam interesses em comum, o outro promove o respeito pela cultura e pela diversidade, ambos buscando uma situação que reduza os conflitos no cenário internacional.

A CPLP foi capaz de unir ambos pensamentos, cria uma comunidade que tem como interesse comum a promoção de um bem cultural comum entre os oito Estados participantes: a língua portuguesa. A proposta de Taylor defende uma política de reconhecimento baseada no valor da diferença e na sua importância para se constituir as identidades pessoais e grupais, além de incentivar um ideal de igualdade que pretende tratar desigualmente os desiguais, visando uma igualdade. O autor assume uma ideia de cidadania que abrange as diferenças além de ser formada por direitos específicos.

A CPLP, como visto, possui grandes assimetrias entre seus membros, com uma grande diversidade cultural, porém ao mesmo tempo que difunde a língua portuguesa, agregando a ela valores políticos, culturais e também econômicos, forma uma comunidade na qual os membros respeitam suas diferenças e tentam ganhar maior credibilidade no cenário internacional.

Mesmo diante da grande presença da língua portuguesa em termos de números de falantes e territorialmente, esse aspecto é pouco difundido internacionalmente. A unificação de alguns valores e interesses acaba levando ao pensamento de generalização/ universalização da cultura que, entretanto, não é discutido no seu aspecto negativo dentro da CPLP, apenas no que tange à divulgação e promoção da língua para as demais culturas como uma vantagem para os países falantes do português.

Deve-se refletir antes da introdução de um plano de estratégias para a promoção, difusão e projeção do português que como foi estudado alguns países membros da CPLP não possuem grande visibilidade internacional e têm seus interesses em outras questões fundamentais para o desenvolvimento do próprio território. Outro aspecto importante para ressaltar é que como possuem grandes assimetrias uns países se engajam mais do que outros, ou pela diferença de objetivos como citada acima, ou mesmo pela diferença em níveis econômicos.

Uma diferença que não foi trabalhada ao longo do texto mas que deve ser colocada é a questão da diferença gramatical entre a língua portuguesa dos países membros. Esta diferença em nível de português padrão tem tentado ser minimizada através da implantação do acordo ortográfico, porém este não altera as diferenças gramaticais e de significado que podem muitas vezes influenciar no momento de tradução dos documentos. Se o português pretende ser uma língua oficial de trabalho, deve-se pensar em um modo de tornar os vários “portugueses” existentes em uma língua uniformizada, nem que fosse apenas para responder às questões internacionais.

É fato que a implantação efetiva dos objetivos do Plano geraria uma maior visibilidade dos países de língua portuguesa no cenário internacional, inclusive daqueles que possuíam uma imagem mais fraca, podendo fortalecê-la e ganhando poder de palavra no sistema internacional. O Plano aplicado de uma forma correta também pode gerar como benefício para os membros uma maior integração, mesmo que não fronteiriça, ou mesmo gerando integrações fronteiriças com a promoção e difusão da língua.

Como foi analisado ao longo do artigo conclui-se que as línguas de trabalhos das grandes organizações têm a ver com o contexto histórico da criação, com a função política do Estado dentro da organização, com a importância do poder econômico de determinado Estado para os membros da organização e também com a própria importância do idioma no cenário internacional. Estes fatos indo de encontro com as estratégias do plano acabam por corroborar a maioria das metas, mas algumas acabam

por não se justificar.

Enquanto contributo, é necessário que se reflita sobre o artigo da Maria Helena Mira Mateus, e que se incluam dentre as estratégias a melhoria do ensino do português no contexto nacional de cada Estado, para que aumentem os números de pessoas com proficiência na língua portuguesa, capazes de se integrarem mais socialmente e de tornarem estes países como focos de projeção em matéria social e cultural. Com um maior nível de educação os cidadãos podem possuir níveis de vida mais elevados, aumento do nível de desenvolvimento dos Estados. Países mais desenvolvidos são mais visados, os governos vão querer investir numa língua que é referência sócio-política e cultural nos lugares onde é língua estrangeira.

10. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Pensar, Comunicar, Actuar em Língua Portuguesa: Dez anos da CPLP* (2009).
- BITTENCOURT, José Luiz. (1976) *Política e poder nacional*. Goiânia: Oriente.
- BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco. (2008) *Dicionário de Política*. Brasília: Editora UNB.
- BUESCU, Maria Leonor Carvalhão (1984), *A Língua Portuguesa, Espaço de Comunicação*, 1a edição, Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa.
- CASTRO, Celso. (2005) *Evolucionismo Cultural*. Rio de Janeiro: Jorge Zahared.
- CESNIK, Fábio de Sá e BELTRAME, Priscila Akemi. (2005) *Globalização da Cultura*. Barueri: Manole.
- ESPERANÇA, José Paulo. *Uma Abordagem Eclética ao Valor da Língua: O Uso Global do Português*, Lisboa: Instituto Camões.
- FERNANDES, Tamara Grisolia. (2010) *Língua e Poder: A Língua como instrumento ou estratégia política nos Países de Língua Portuguesa*. Revista Geo-Paisagem, ano 9, nº17.
- FURTADO, Celso. (1967) *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- HALL, Stuart. (2006) *Identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A Editora.
- HOBSBAWM, Eric. (2010) *Era dos Extremos*. São Paulo: Companhia das Letras.
- JASMIN, Marcelo Gantus. (1998) *Racionalidade e História na Teoria Política*. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- KATZENSTEIN, Peter, Robert O. KEOHANE & Stephen D. KRASNER (1998), *International Organization and the Study of World Politics*. U.S.: JSTOR.
- KEOHANE, Robert O. (1989) *International Institutions and the State Power*, U.S: JSTOR.
- KEOHANE, Robert O. & Lisa MARTIN (1995), *The promise of institutionalism theory*, U.S.: JSTOR.
- OLSSON, Giovanni. (2007) *Poder político e sociedade internacional contemporânea*. Ijuí: Editora Unijuí.
- REUS-SMIT, Christian (1997), *The Constitutional Structure os International Society and the Nature os Fundamental Institutions*, U.S.: JSTOR.

RUGGIE, John Gerard (1986), *International Organization: A State of the Art on an Art of the State*, U.S.: JSTOR.

RUGGIE, John Gerard (1992), *Multilateralism: the Anatomy of an Institution*, U.S.: JSTOR.

SANTOS, José Luiz. O que é cultura. Editora: Brasiliense (1987) 6ª edição. São Paulo.

SILVA, Benedicto. (1992) *A Língua Portuguesa na Cultura Mundial*. Porto: Fundação Eng. António de Almeida. Riode Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.

SOBRINHO, Pedro da Silva Feijó Sobrinho. (1997) *Comunidade dos Países de Língua Portuguesa: Institucionalização e relações culturais, político-diplomáticas e econômicas*. Rio de Janeiro: Revan.

TAYLOR, Charles (1993). *La política del reconocimiento*. In: TAYLOR, C. El multiculturalismo y la política del reconocimiento. Tradução de Mónica Utrilla de Neira. México: Fondo de Cultura Económica.

VIGGIANO, Alan. (1994) *Dossiê grupo dos sete: os povos e países de língua portuguesa*. Brasília: André Quicé Editor.

Websites:

ALMEIDA, Paulo (2002), São Paulo em Perspectiva – *O Brasil e os blocos regionais: soberania e interdependência*. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392002000100002 Último acesso em: 5/1/2011.

CIA, World Factbook. Disponível em: <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/> Último acesso em: 12/08/2012.

COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA (2010), *Plano de Ação de Brasília para a Promoção, a Difusão e a Projeção da Língua Portuguesa*, Brasília. Disponível em: <http://www.cplp.org/>

IMPERIAL, Jovelina. (2006) A CPLP e a cooperação para o desenvolvimento: em que medida a CPLP pode contribuir para o desenvolvimento dos Estados membros. Um exemplo: Angola. Disponível em: http://www.adelinotorres.com/teses/Jovelina%20Imperial_A%20CPLP%20e%20a%20coopera%C3%A7%C3%A3o%20para%20o%20desenvolvimento.pdf Acesso em: 26/02/2012.

LEWIS, M. Paul (2009), *Ethnologue: Languages of the World*, 16a. Edição. Dallas: SIL International. Versão online: <http://www.ethnologue.com/>

MATEUS, Maria Helena Mira (2012), *Uma política de Língua para o Português*. Lisboa: Instituto de Línguística Teórica e Computacional. Disponível em: <http://www.iltec.pt/pdf/wpapers/2002-mhmateus-politicapt.pdf> Acesso em: 26/02/2012.

MURAPA, Rukudzo. (2002) *A Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC): rumo à integração política e econômica*. Disponível em: <http://www.unimep.br/phpg/editora/revistaspdf/imp31art08.pdf> Último acesso em: 19/01/2012.

ONU (2010) *Organização das Nações Unidas*. Disponível em: www.un.org

SILVA, Maria Jose Filipe da. 2005 *Promoção da língua portuguesa no mundo: Hipotese de modelo estratégico*. Disponível em: https://repositorioaberto.uab.pt/bitstream/10400.2/777/3/Promo%C3%A7%C3%A3o_da_L%C3%ADngua_Portuguesa_no_Mundo_Hip%C3%B3tese_de_Modelo_Estrat%C3%A9gico_TESE_de_Doutoramento_de_M%C3%A1rio_Filipe.pdf Acessado em: 08/2012.

TEIXEIRA, José (2004), *Globalização, novos cosmopolitismos e a anunciada morte das línguas*. Disponível em: <http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/5867/1/FuturLingPublica%C3%A7.pdf> Último acesso em: 25/11/2010

UNESCO (2010) Disponível em: www.unesco.org. Acesso em: 05/08/2011.

ANEXOS

ANEXO 1: Países de CPLP e Organismos Internacionais a que Pertencem

Países da CPLP e Organismos Internacionais a que Pertencem								
Países OI's	Angola	Brasil	Cabo Verde	Guiné-Bissau	Moçambique	Portugal	São Tomé e Príncipe	Timor-Leste
ACP								
ADB								
AfDB								
AOSIS								
ARF								
ASEAN								
AU								
Australia Group								
BIS								
BRICS								
CAN								
CELAC								
CE								
CERN								
CPLP								
EAPC								
EBRD								
ECB								
ECOWAS								
EIB								
EMU								
ESA								
EU								
FATF								
IADB								
ICC								
ICRM								
IDB								
IEA								
IFRCS								
IHO								
IMSO								
Interpol								
IOC								
IOM								
IPU								
ISO								
ITSO								
ITUC								

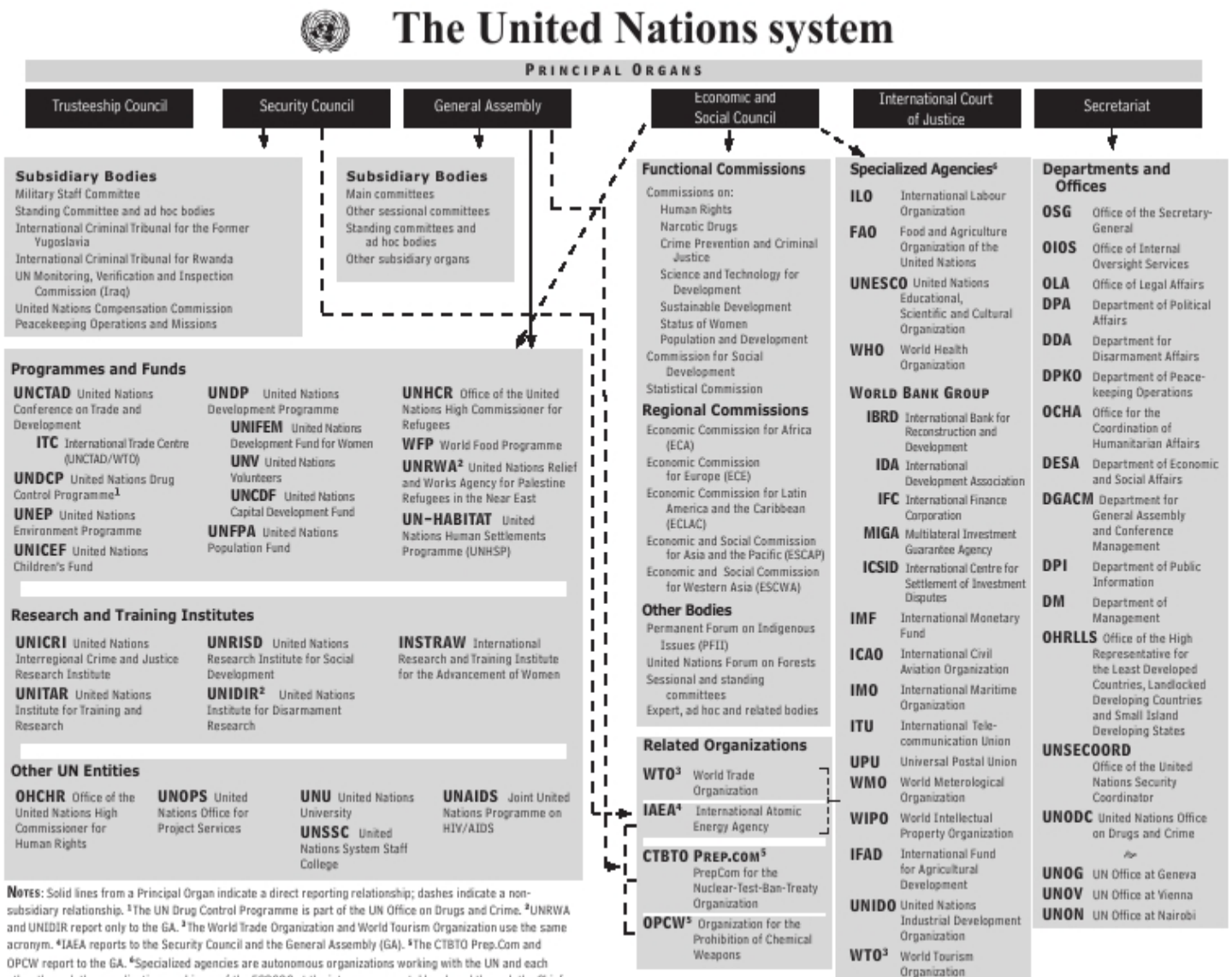
LAIA								
LAS								
MERCOSUR								
NAM								
NATO								
NEA								
NSG								
OAS								
OECD								
OIC								
OIF								
OPANAL								
OPEC								
OSCE								
Paris Club								
SADC								
Schengen Convention								
SICA								
UN								
UNASUR								
Union Latina								
WADB								
WAEMU								
WCO								
WFTU								

Legenda	
	Associado
	Correspondente
	Membro
	Não Regional
	Observador
	Regional
	Suspenso

Baseado nas informações retiradas de <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/>

Anexo 2 : Sistema de Funcionamento e Instituições da ONU

Fonte: www.un.org



Published by the UN Department of Public Information
DPI/2342—March 2004